

Tema Económico

82

Junho de 2020



COVID-19 - RETOMA DA ECONOMIA PORTUGUESA

Vários autores.



COVID-19 - RETOMA DA ECONOMIA PORTUGUESA

Participaram neste trabalho: Rita Bessone Basto, Eugénia Pereira da Costa, Tiago Domingues, Carla Ferreira, Paulo Inácio, Ana Martins, Guida Nogueira, Gabriel Osório de Barros, Eva Pereira, Ricardo Pinheiro Alves, Sílvia Santos, Rita Tavares da Silva, Graça Sousa, Nuno Tavares, Dulce Vaz.

COVID-19 - RETOMA DA ECONOMIA PORTUGUESA

Sumário executivo

A **retoma da economia portuguesa é o primeiro passo para minimizar a perda de rendimentos e o aumento do desemprego** que os efeitos do Covid-19 provocaram. Até ao momento, a pandemia afetou significativamente a atividade das empresas e a vida das famílias, traduzindo-se num choque económico simultâneo na oferta e na procura, mas em que o segundo terá provavelmente maior magnitude.

Na primeira fase, as medidas de apoio visaram minimizar os efeitos económicos adversos, que atingiram os países de forma assimétrica e em períodos distintos. Na fase de retoma os apoios deverão ser orientados para as áreas com maior potencial para dinamizar o crescimento e a criação de emprego. Neste âmbito, **a estratégia de retoma da economia portuguesa deverá ter em conta o impulso na transição para uma economia digital e as consequentes alterações nos processos produtivos, os efeitos do endividamento da economia na procura agregada e as alterações previstas no comércio internacional e no funcionamento das cadeias de valor em virtude da pandemia** e que irão condicionar a recuperação nos tempos mais próximos.

Dadas as limitações orçamentais e de dívida pública e externa com que Portugal se defronta, **os apoios às empresas devem ser usados da forma mais eficiente e financeiramente sustentável possível, mantendo em operação as empresas que são economicamente viáveis** e se defrontam com um problema temporário de liquidez, e complementando as medidas de apoio às famílias e a ação dos estabilizadores automáticos na manutenção dos níveis de rendimento. Para além disso a recuperação também dependerá da correção das vulnerabilidades que têm condicionado o crescimento da produtividade da economia portuguesa.

Neste âmbito, **a proposta de estratégia de retoma da economia portuguesa identifica os sectores mais suscetíveis de ajudar a uma retoma económica mais rápida**, enquadrando-se com as reformas necessárias para amentar os níveis de crescimento e de desenvolvimento. A identificação dos sectores é feita com base em cinco grupos de critérios: Internacionalização e vantagens comparativas reveladas; Potencial tecnológico para aproveitar oportunidades da digitalização; Condicionalismos futuros devido ao Covid-19; Performance recente das empresas; Viabilidade económica e impacto da pandemia.

Esta informação conduz à conclusão de que **os apoios para uma retoma mais rápida da economia portuguesa deverão estar especialmente orientados para sectores com vocação externa e sujeitos a concorrência internacional**, e inclui algumas atividades que lhes estão a montante e que por lhes fornecerem serviços afetam também a sua competitividade. A intuição é que são estes os sectores que estão menos dependentes do mercado nacional, onde o elevado endividamento irá condicionar mais a evolução da procura doméstica, e que através da sua orientação internacional têm maior potencial para explorar mercados em maior expansão, podendo adaptar-se melhor aos variados ritmos de recuperação e de crescimento que irão ocorrer nos diferentes países.



As conclusões incluem ainda algumas **sugestões de políticas de apoio** que poderão ser implementadas beneficiando dos fundos estruturais e de apoio que forem disponibilizados ou sem dependerem da aplicação de recursos financeiros significativos.

Nota: Este artigo é da responsabilidade exclusiva dos autores e não reflete necessariamente as posições do GEE ou do Ministério da Economia.

Índice

1 - Introdução	4
2 - Estratégia de recuperação	6
3 - Avaliação sectorial.....	9
3.1 - Impacto sectorial da pandemia	9
3.2 - Viabilidade, robustez financeira e resiliência	14
3.3 - Performance e capacidade de recuperação	17
3.4 - Grau de internacionalização e vantagens comparativas reveladas	19
3.5 - Capacidade tecnológica para aproveitar oportunidades com a digitalização da economia	24
4 - Conclusões e políticas de Apoio	27
4.1 - Políticas de Apoio.....	31
Anexo 1 – Apoios disponíveis na UE	33

1 - Introdução

A retoma da economia portuguesa é uma preocupação central, pois é o primeiro passo para minimizar a perda de rendimentos e o aumento do desemprego que os efeitos da pandemia trouxeram.

Existe ainda uma grande incerteza sobre a duração da pandemia e, deste modo, sobre a retoma para uma vida normal sem quebras acentuadas na confiança dos agentes económicos e sem limitações significativas do lado da procura e da oferta de bens e serviços.

Até ao momento a pandemia afetou diretamente a atividade das empresas pelo confinamento forçado dos seus trabalhadores e clientes, o que, a par com a grande incerteza face à evolução da atividade económica, levou muitas empresas a reduzir drasticamente o investimento e a diminuir as suas operações ou a fechar, temporária ou definitivamente¹. Esta paragem ocorreu em simultâneo com a redução do rendimento das famílias via *lay-off*, aumento do desemprego e pela falta de confiança associada à possibilidade de contágio, afetando especialmente as famílias mais vulneráveis.

A queda no consumo e a redução do investimento pelas empresas, associados ao aumento da taxa de poupança e às expectativas de redução de rendimento, reforçam a ideia de que o choque terá sido mais significativo na procura do que na oferta agregada, tanto na Europa como nos Estados Unidos².

A recessão económica refletiu-se ainda ao nível das cadeias de valor regionais e globais, o que aumentou os custos das empresas, e na redução da liquidez, potenciando insolvências. Estes efeitos foram sentidos de forma diferente pelos sectores, e países como Portugal, que dependem muito do turismo, alojamento, restauração, transportes e comércio não alimentar (em conjunto representam 25% do VAB da economia), foram mais fortemente afetados.

O gráfico em baixo mostra como a quebra simultânea da procura e da oferta agregadas (deslocação para a esquerda das respetivas curvas) na economia portuguesa, causadas pelo confinamento decidido como resposta face ao risco de contágio como o Covid-19, levou à redução da atividade económica (comprovada já pelo crescimento no primeiro trimestre de 2020) e à desaceleração no crescimento dos preços. A economia portuguesa passou do ponto 1 ao ponto 2 em poucas semanas por via das medidas de combate à pandemia tomadas a nível nacional e internacional.

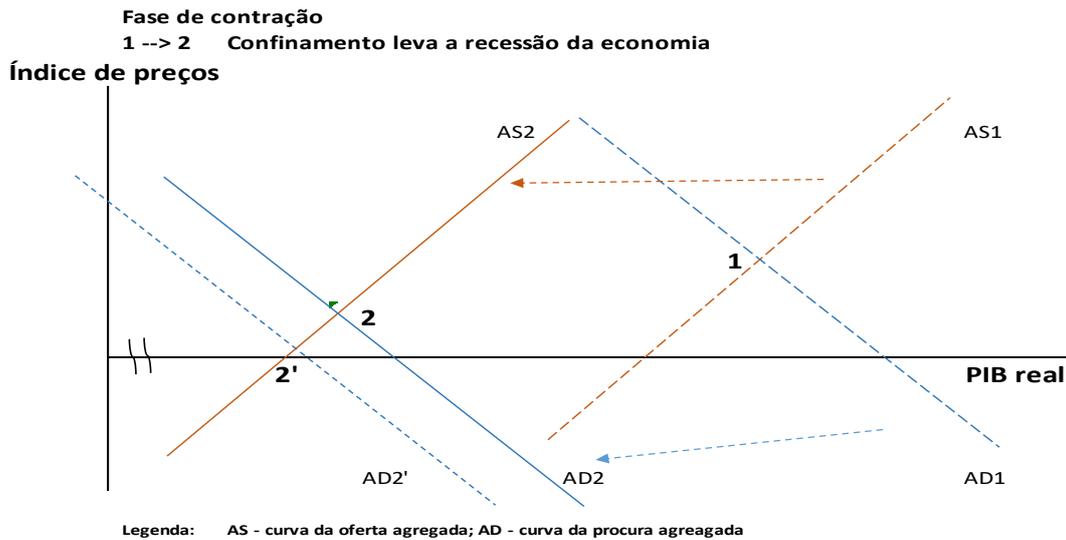
Numa primeira fase, a preocupação das políticas públicas foi minimizar os efeitos adversos no emprego, no rendimento e na procura agregada, nos custos, na liquidez e na solvência das empresas, no funcionamento das cadeias de valor e nos fluxos de comércio e de capital. As medidas tomadas do lado de apoio ao rendimento e ao emprego evitaram que a contração da procura agregada ainda fosse maior, o que teria acontecido se a economia tivesse passado para o ponto 2', próxima de uma situação de deflação.

Para a retoma, os riscos ainda são elevados e são variados, estando associados à manutenção prolongada de um clima de desconfiança, que pode resultar do recrudescimento da pandemia com uma ou mais vagas de contaminação, a instabilidade nos mercados financeiros ou de "*commodities*", a disrupção das cadeias de valor, instabilidade social ou outro tipo de fenómenos como os climatéricos. A maior velocidade da retoma vai depender da capacidade de manutenção de empregos, da solvabilidade das empresas e do funcionamento das redes comerciais e das fileiras produtivas.

¹ A ideia que prevalece é que a alternativa, não haver confinamento, teria ainda maiores custos económicos. Ver Eichenbaum, Martin S., Sergio Rebelo, and Mathias Trabandt. "The Macroeconomics of Epidemics.", NBER Working paper 26882 <https://www.nber.org/papers/w26882>.

² Ver <https://voxeu.org/article/economic-impact-pandemic-igm-forum-survey>.

Gráfico 1: Contração da atividade económica



Não se confirmando nenhum destes riscos, é expectável que a retome se inicie durante o segundo semestre de 2020. Neste âmbito, o papel do Estado português está limitado pela capacidade orçamental e pelos níveis de dívida pública e externa, por um lado, e pela menor eficácia da política monetária dado o nível atual das taxas de juro e a característica especial deste choque económico, que afeta em simultâneo a oferta e a procura agregadas.

Para além disso, como a pandemia afeta os diferentes países de forma assimétrica e em períodos distintos, a retoma da economia portuguesa poderá beneficiar com a recuperação mais rápida em diferentes mercados de exportação para as empresas nacionais.

Em face desta realidade, e dado que os apoios públicos terão um papel importante na recuperação económica, a sua orientação deverá visar as áreas com maior potencial para dinamizar o crescimento e a criação de emprego. Só desta forma será possível retirar os apoios atuais para ajudar as empresas em termos de liquidez e para manter empregos, de forma que os seus efeitos na dívida pública se reduzam progressivamente. Para que a retoma seja o mais rápida possível após a estabilização da crise de saúde pública e diminuição da necessidade de distanciamento social, é essencial que os apoios às empresas sejam usados da forma mais eficiente e financeiramente sustentável possível, mantendo em operação as empresas que são economicamente viáveis e se defrontam com um problema temporário de liquidez, e complementando as medidas de apoio às famílias e a ação dos estabilizadores automáticos na manutenção dos níveis de rendimento.

Para isso é necessário identificar com alguma exatidão os sectores mais afetados na economia portuguesa e os que são mais suscetíveis de ajudar a uma retoma económica mais rápida. Para além disso, é ainda vantajoso enquadrar a estratégia de apoio nas reformas que o país necessita para alcançar os níveis de crescimento e desenvolvimento desejados.

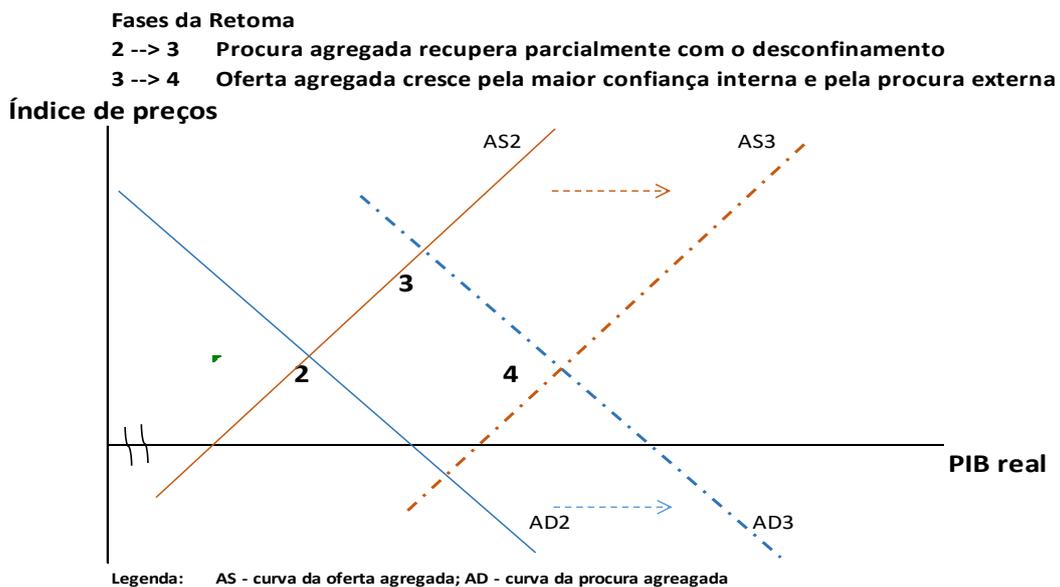
Neste âmbito, a proposta de uma estratégia de retoma da economia portuguesa partiu de informação sectorial diversificada sobre a evolução económica no período pós-crise 2008/2011 e o seu desenvolvimento até ao presente, a viabilidade financeira das empresas portuguesas, o grau de internacionalização e as vantagens comparativas, a capacidade tecnológica para aproveitar as oportunidades da digitalização e os efeitos atuais da pandemia. Esta informação permitiu selecionar um conjunto de sectores que, por estarem mais orientados para os mercados externos, poderão ter um papel importante na retoma.

2 - Estratégia de recuperação

Na sequência da pandemia decorrente do surto do coronavírus, diversos países têm vindo a implementar políticas de apoio às empresas e trabalhadores destinadas a mitigar os efeitos da crise e a promover a mais rápida recuperação da economia. Estas medidas têm assumido diversas formas, desde o apoio ao *lay-off*, empréstimos bonificados e diferimento de pagamentos fiscais destinados a permitir às empresas superar restrições de liquidez, e fundos de apoio ao investimento. Tendo em conta o esforço orçamental implícito nestas medidas, uma estratégia de recuperação eficaz deverá privilegiar o apoio a empresas ou sectores viáveis e com maior capacidade de contribuir para a recuperação da economia e para promover um crescimento sustentável, mas cujas restrições temporárias de liquidez ou de financiamento justificam o apoio público.

No curto prazo a retoma (se não houver uma nova onda de contágios) deverá fazer-se em duas fases, que poderão ser parcialmente simultâneas. Na primeira, a recuperação da confiança e o progressivo desconfinamento permitirão algum crescimento do consumo privado, fazendo deslocar a curva da procura agregada para a direita, ponto 3 (gráfico 2). Este efeito será temporário e nunca será suficiente para compensar a quebra de rendimento provocada pelo aumento do desemprego, que desde o dia 20 de Março já ultrapassa as 100 mil pessoas (em Abril cresceu 22% face a 2019). A segunda fase será a reposição parcial da oferta agregada, no seguimento das medidas de desconfinamento que permitem a reabertura de muitas empresas, da recuperação parcial do consumo privado e da evolução da procura externa. A economia passará para o ponto 4, beneficiando da deslocação da oferta agregada.

Gráfico 2: Retoma da atividade económica no curto prazo



Estes efeitos de curto prazo não serão suficientes para que a economia recupere o nível que tinha antes da crise. No médio e longo prazo, **a estratégia a seguir para a recuperação da economia terá de ter em conta as alterações no processo produtivo, na procura agregada, no comércio internacional que ocorreram na sequência da pandemia e que irão condicionar a recuperação económica** nos tempos mais próximos. Embora seja difícil prever se estas alterações terão um efeito mais permanente ou de curta duração, estas novas tendências no enquadramento económico condicionarão a estratégia para a recuperação da economia. Estas mudanças decorrem do impulso na transição para uma economia digital proporcionado pela experiência com o teletrabalho, do impacto que o maior endividamento da

economia ou a maior incerteza possa ter sobre a procura agregada, de alterações previstas no âmbito do comércio internacional, turismo e meio ambiente. Embora a poupança forçada que está a ocorrer durante a crise venha a ser progressivamente reduzida, com um efeito positivo temporário na recuperação dos sectores mais afetados, este efeito não será suficiente para compensar a quebra do consumo associado ao confinamento e à redução do rendimento por via do aumento do desemprego e do previsível reforço da carga fiscal.

Para além disso a recuperação também dependerá da correção de algumas vulnerabilidades que têm condicionado o crescimento da produtividade da economia portuguesa.

O efeito recessivo sobre a procura doméstica decorrente de um possível agravamento da carga fiscal futura na sequência do aumento da dívida pública terá de ser tomado em consideração numa estratégia para a recuperação da economia. As medidas de apoio a trabalhadores e empresas, a fim de assegurar a sua continuidade durante a pandemia, implicam um esforço orçamental significativo contribuindo para um aumento considerável na dívida pública de muitos países. Excluindo a possibilidade de insolvência e de privatizações, a sustentabilidade da dívida pública dependerá ou de políticas orçamentais restritivas ou de uma gestão de dívida através de sucessivos *rollovers*.

A possibilidade de gerir a dívida sem o recurso a políticas restritivas depende, por sua vez, da capacidade da economia de gerar crescimento económico e dos custos com o financiamento da dívida - se a taxa de crescimento do PIB nominal for inferior à taxa de juro da dívida pública o rácio da dívida pública sobre o PIB tenderá a aumentar. Esta possibilidade é mais fácil de assegurar nos países com um menor nível de endividamento, uma vez que os outros serão mais provavelmente penalizados com um maior prémio de risco. Conforme se verificou durante a crise da dívida soberana, e através da correlação entre o risco bancário e o risco soberano, não é apenas a situação das finanças públicas que é relevante para uma alteração do sentimento de mercado, mas o endividamento da economia na globalidade.

Tendo em conta o elevado endividamento da economia portuguesa, a possibilidade de gerir a dívida de forma sustentável sem recurso a uma política orçamental mais restritiva poderá estar mais limitada. O efeito desta política (quer através de cortes nas despesas ou de um agravamento da carga fiscal) exercerá certamente um efeito recessivo sobre a procura doméstica prejudicando a retoma da economia. As maiores despesas previstas com o sistema de saúde e com o apoio ao desemprego parecem inviabilizar uma redução significativa das despesas públicas, tornado mais difícil evitar a maior tributação futura. **Neste contexto, os sectores mais internacionalizados, menos expostos à procura doméstica e com maior potencial para a explorar mercados em maior expansão, poderão ter um melhor desempenho.**

Alterações nos montantes e estrutura do comércio internacional, resultantes de interrupção ou perturbações observadas nos fornecimentos de cadeias de valor global, são outro fator a considerar numa estratégia de retoma. Estas alterações poderão dar origem a novas oportunidades decorrentes de desvios de comércio, quer no que respeita a substituição de importações por produção nacional, quer na substituição de exportações de outros países para países terceiros ou de outros parceiros nas cadeias de valor global. **Os sectores mais internacionalizados, no que diz respeito tanto a importações como exportações, estão mais aptos a explorar oportunidades daí decorrentes.**

As medidas de confinamento e a prática do teletrabalho contribuíram para impulsionar a transição para uma economia digital, com consequências determinantes para o funcionamento do mercado de trabalho e para o comércio internacional de serviços. Mesmo antes da crise, a digitalização da economia era apontada como uma tendência futura suscetível de contribuir para a maior produtividade e eficiência. Neste contexto, muitos países adotaram políticas visando a transição digital. A



crise e as experiências com o teletrabalho contribuíram para apressar a transição digital de uma forma significativa, superando provavelmente o impacto da maioria das políticas públicas com esse objetivo, levando trabalhadores e empresas de diversas áreas a adotar tecnologias de comunicação que nunca tinham utilizado antes. Embora seja difícil de prever se estes efeitos permanecerão após o período de confinamento, é possível que o sucesso com esta experiência venha a induzir alterações permanentes na forma de trabalhar – muitas empresas provavelmente irão considerar a possibilidade de ter alguns turnos de trabalhadores em teletrabalho, permitindo-lhes assim uma melhor gestão do espaço. A prática de realização de conferências e reuniões *online* poderá também ocorrer com uma maior frequência reduzindo custos de deslocação e de organização de eventos.

Esta realidade, ao permitir reduzir custos de funcionamento, pode contribuir para uma maior eficiência nos processos produtivos, mas também para alterações significativas no mercado de trabalho e no comércio internacional, principalmente no que respeita aos serviços. A possibilidade de trabalhar e oferecer serviços à distância e para além-fronteiras facilitará as transações internacionais dos serviços de uma forma ainda sem precedentes. A desassociação entre o local de residência e o local de trabalho introduz possibilidades ainda não exploradas relativamente à mobilidade e à maior concorrência no mercado de trabalho.

Estas tendências para a transição digital serão também reforçadas pela necessidade de maior controlo sobre os efeitos ambientais provocados pela atividade humana, nomeadamente no que se refere aos transportes e à maior eficiência energética. **Os trabalhadores e empresas capazes de tirar partido destas novas tecnologias estarão melhor posicionados para enfrentar a concorrência externa e para beneficiar das oportunidades criadas.**

O beneficiar das oportunidades criadas pelas tendências acima referidas requer capacidade de inovação, por parte dos vários sectores e empresas portuguesas, na criação de novos produtos, na exploração de fases da cadeia de valor da produção com maior potencial de valor acrescentado, no desenvolvimento de novos processos produtivos e na utilização de novas tecnologias.

Uma das vulnerabilidades frequentemente apontadas à investigação em Portugal consiste no facto de esta ser maioritariamente desempenhada pelo sector público, com um cariz demasiado teórico e pouco orientada para a atividade empresarial. O apoio a projetos de investigação, em parcerias público-privadas, que possam ajudar as empresas a tirar melhor partido das novas oportunidades pode contribuir para um crescimento mais sustentado no futuro.

A atual pandemia tem contribuído para reforçar as preocupações com as alterações climáticas ao realçar o efeito positivo sobre a poluição associado à redução das emissões carbónicas resultantes do confinamento e da quebra de produção e ao alertar para o risco de que a interferência com o meio ambiente pode exercer sobre o aparecimento de novos vírus. Estas preocupações têm-se refletido particularmente no sector da energia incentivando à maior utilização de fontes renováveis. No entanto, o atual preço reduzido do petróleo poderá constituir um desincentivo para esta tendência.

As alterações nos hábitos de consumo decorrentes do clima de incerteza e das medidas de confinamento terão um efeito particularmente negativo sobre segmentos de turismo baseado em preços *low-cost*. O turismo foi um dos sectores mais afetados pelas medidas visando conter a propagação da pandemia, na medida em que estas implicaram a interrupção de um grande número de voos regulares e o encerramento de grande parte dos alojamentos turísticos e de restauração. Embora muitos países estejam já a levantar restrições às medidas de confinamento, algumas dessas limitações, nomeadamente quanto à lotação máxima de aviões e de espaços públicos, permanecerão ainda durante vários meses ou anos, assim como o clima de insegurança associado ao risco de contágio. Restrições à

lotação de aviões irão certamente elevar o custo das viagens, tornando inviáveis os preços praticados atualmente pelas empresas *low cost*.

Assim, será espectável que o designado 'turismo de massas' bem como as deslocações de negócios (congressos, conferências, etc.) sofram uma redução substancial nos próximos tempos. Dado que este foi um sector em forte expansão em Portugal nos últimos anos, levando à criação de diversas estruturas para acomodar o aumento da procura (hotéis, *hostels*, alojamento local, etc), parece inevitável que estas se revelem excessivas face às atuais condições de mercado, levando a quebras de atividade ou perdas consideráveis no volume de negócio de muitas empresas. Esta é, contudo, uma tendência que não poderá ser atenuada com políticas públicas. Assim, qualquer apoio ao sector do turismo deverá ser orientado para segmentos de mercado onde o crescimento do sector possa ser sustentado (por exemplo, segmento de luxo ou turismo ecológico ou de saúde), menos afetados pelo aumento de preço das viagens.

A retoma de economia poderá implicar alterações na estrutura produtiva e a mobilidade de trabalhadores para sectores com maior potencial de crescimento. A fim de minimizar os custos de ajustamento que normalmente decorrem destas alterações, importa complementar as medidas de apoio sectorial com medidas de formação profissional, políticas sociais e de apoio ao desemprego a fim de garantir o rendimento das famílias e mitigar a contração da procura doméstica.

3 - Avaliação sectorial

O racional económico para as políticas públicas reside no princípio de que existem investimentos eficientes do ponto de vista social, mas que sem um apoio público adequado não seriam realizados pelo sector privado. O argumento do bem público, indústrias nascentes, externalidades ou outras falhas de mercado são normalmente utilizados para justificar a intervenção estatal. A atual situação da pandemia também pode justificar esta intervenção na medida em que problemas financeiros ou de liquidez temporários podem comprometer a solvabilidade de uma empresa viável e com potencial para contribuir para a retoma da economia. Os sectores mais afetados pela pandemia estão obviamente mais propensos a esta situação.

Esta avaliação procura assim identificar sectores e/ou empresas melhor posicionados para promover a retoma da economia portuguesa de acordo com os critérios e as tendências acima referidas. Serão analisadas as seguintes características nos vários sectores:

- Impacto sectorial da pandemia
- Viabilidade, robustez financeira e resiliência das empresas;
- Performance e capacidade de recuperação desde a crise financeira internacional, nomeadamente quanto ao crescimento do VAB, Investimento, emprego e exportações.
- Grau de internacionalização e vantagens comparativas reveladas no comércio internacional, traduzindo capacidade de obtenção de vantagens provenientes de desvios de comércio.
- Capacidade tecnológica e de aproveitar oportunidades com a digitalização da economia

3.1 - Impacto sectorial da pandemia

A atual crise do Covid-19 está a afetar os sectores de maneira distinta. Os sectores afetados pela crise são os que poderão estar mais propensos a problemas temporários de liquidez e que eventualmente poderão ter uma maior margem para recuperar.

De uma forma geral a economia foi afetada pela quebra do consumo associado ao confinamento e à redução do rendimento, a avaliar pelo número de pedidos de desemprego (86 mil entre 20 de Março e 12 de Maio) e pela quebra no número de deslocações a comércio, parques e trabalho (superior a 70% em Abril). A estimativa rápida sobre o crescimento económico nacional publicada pelo INE reflecte já parcialmente esta realidade ao apresentar uma queda de 2,4% no primeiro trimestre, apesar de apenas em parte do mês de Março se ter sentido as consequências da crise. Se assumirmos que em Janeiro e Fevereiro a economia portuguesa manteve um crescimento de 2%, concluímos que a queda verificada no mês de Março terá sido superior a 10% (e que em Abril e Maio será ainda superior), o que confirma a dimensão dos efeitos do Covid-19 e reforça a preocupação com a necessidade de retoma.

Em Maio, apos o fim do Estado de Emergência, nota-se já alguma recuperação:

- Aumento de consumo nas compras em loja desde o início da pandemia: + 17% na semana de 4 a 10 de Maio, comparativamente à semana de 27 de Abril a 3 de Maio.
- Diminuição da preponderância dos sectores dos Super & Hipermercados, Pequena distribuição alimentar, bebidas & tabaco, Farmácias e Parafarmácias, no total de compras realizadas na Rede MULTIBANCO, representando agora 59% das compras.
- As compras e os levantamentos com cartão recuperaram face a Abril, encontrando-se cerca de 20% abaixo dos valores médios verificados em Janeiro e Fevereiro de 2020.
- A proporção de empresas em funcionamento na 1ª quinzena de Maio aumentou para 90%, face a 84% na quinzena anterior, salientando-se o sector do Comércio, onde a percentagem aumentou de 84% para 92%. Apesar disso, 77% das empresas continuaram a reportar um impacto negativo da pandemia no volume de negócios mas que terá estabilizado face ao verificado na 2ª quinzena de Abril.

Os sectores podem ser divididos em três grupos consoante o maior ou menor nível de impacto sofrido com a crise provocada pelo Covid-19 (com base na informação disponível, limitada ao mês de Março).

A - Sectores muito afetados (em mais de 50% da sua atividade):

- Turismo, incluindo viagens, alojamento, restauração e lazer.
- Comércio (não alimentar).
- Sector automóvel e material de transporte, e têxtil e vestuário
- Transporte de passageiros

Entre as atividades muito afetadas, **o turismo**, tais como hotéis e alojamento, restauração, lazer e transportes serão mais penalizados pela demora na reativação da atividade. Este sector tem sido um dos motores do crescimento económico nacional nos últimos anos. No entanto está muito dependente da confiança dos turistas e Portugal compete diretamente com outras regiões menos afetadas pela crise na zona do Mediterrâneo. Por isso a aposta num ambiente de segurança nos destinos turísticos é essencial.

Mesmo que o turismo interno recupere mais rapidamente, pela dificuldade de deslocação para o exterior, não será suficiente para compensar a perda de turistas estrangeiros e do turismo de negócios. As cadeias hoteleiras recomeçarão por abrir os hotéis mais rentáveis e só posteriormente alargarão a sua atividade, podendo mesmo vir a ser necessário considerar-se a possibilidade de alocar edifícios para outra utilidade como a habitação ou escritórios, o que deverá ser facilitado pelo Estado em termos de regulamentação. O mesmo sucede com a restauração e com as atividades de lazer dirigidas aos visitantes estrangeiros, mesmo considerando alternativas associadas ao *take-away* e aos canais digitais.

- Nº de dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Março de 2020 inferior em 58,7% ao valor de 2019 (vh)

- Não residentes: -59,2%, *vh*, para 1,32 milhões de dormidas.
- Residentes: -57,6%, *vh*, para 570 mil dormidas.
- Proveitos dos estabelecimentos hoteleiros em Março de 2020 inferiores 60,2% face a 2019 (*vh*), totalizando 98,9 milhões de euros.

O **comércio não alimentar** (com exceção de farmácias) esteve encerrado durante o mês de Abril pelo que a quebra de vendas foi muito significativa, um pouco atenuada pela possibilidade de vendas *online*.

- Entre Março e Abril de 2020, o Indicador de Confiança do Comércio diminuiu de 0,2 para -10,7.
- Em Março, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho diminuiu 5,6% (*vh*, deflacionado e corrigido dos efeitos de calendário e da sazonalidade), inferior em 14,5 p.p. à de Fevereiro (+8,9%). Em termos desagregados:
 - Índice de Volume de Negócios de Produtos Não Alimentares diminuiu 16,8% (*vh*, crescimento de 8,9% em Fevereiro).
 - Índice de Volume de Negócios de Produtos Alimentares registou uma variação homóloga de +9,0% (+8,9% em Fevereiro).

O **sector automóvel e de material de transporte** interrompeu a sua atividade pela dificuldade em escoar a produção, uma vez que o clima de incerteza levou ao adiamento das decisões de consumo de bens duradouros por parte de empresas e consumidores. As exportações diminuíram 35% em Março, o que afetou os sectores a montante, os fornecedores de componentes e os prestadores de serviços.

A reativação das cadeias de produção nacionais, europeias e globais, afetadas pelo encerramento de fábricas e pelo controlo de fronteiras, deverá gradualmente permitir o fornecimentos de matérias-primas especializadas como aço ou vidro, e que as empresas que integram as cadeias de produção em atividades tão diversas como o automóvel ou máquinas e equipamentos, possam coordenar o reatamento da sua relação em paralelo com a recuperação da procura.

- Em Abril, foram produzidos 1.222 automóveis para exportação (-95,6%, *vh*).
 - Ligeiros de passageiros produzidos para exportar: -94,8%.
 - Comerciais ligeiros: -100%.
 - Comerciais pesados: -98,9%.
 - Monovolumes (Autoeuropa): -94,3%.
- Vendas internas de ligeiros de passageiros: quebra de 85% nas vendas em Abril (*vh*)
- Vendas internas de ligeiros de mercadorias: quebra de 30% nas vendas em Abril (*vh*)
- Veículos matriculados em Abril: 3803 (-84,6%, *vh*), entre os quais: pesados (-72,7%); ligeiros de passageiros (-87,0%), comerciais ligeiros (-69,9%), estes últimos geralmente importados.
- Exportações: - 35% em Março (*vh*)

O **têxtil e vestuário** registou uma quebra de 19% nas exportações em Março mas a informação da ATP (Associação Têxtil e Vestuário de Portugal) baseada nos empresários do sector aponta para uma quebra nas encomendas e na produção superior a 50% em Abril e que esta situação se manterá pelo menos até Junho. O recurso ao *lay-off* total ou parcial por 68% das empresas inquiridas pela ATP confirma esta tendência negativa.

Finalmente, o **transporte de passageiros** – aéreo, marítimo, terrestre - caiu a pique por causa do turismo e do confinamento. Com a retirada do confinamento e a redução progressiva do teletrabalho, esta atividade começará a recuperar a nível interno mas provavelmente demorará muito tempo a repor os níveis de operação que registava antes da crise. Da mesma forma, a distribuição não alimentar encerrou, sendo que a apenas algumas empresas conseguiram uma compensação parcial em termos de vendas *on-line*.



- Circulação de comboios: - 33% em Abril, mas a recuperar em Maio
- Aviões (partidas): - 90% em Abril

B - Sectores afetados significativamente (redução de atividade entre 10% a 50%)

- Indústria
- Serviços de apoio à indústria
- Serviços (exceto restauração)
- Transporte de mercadorias

Embora as medidas de confinamento não obrigassem ao encerramento da **indústria**, algumas empresas decidiram encerrar devido a limitações associadas a quebras na procura interna e externa, e a problemas de fornecimento de matérias-primas e bens intermédios. Os valores do comércio internacional de Março no sector industrial indicam uma redução das exportações que varia entre os 4% e os 18% e o índice de preços na produção da indústria transformadora diminuiu 4,5% em Abril.

- Índice de produção industrial caiu 7,2% em Março (vh, +0,9% em Fevereiro)
 - Agrupamentos industriais de Bens de Consumo: -8,2% (vh)
 - Bens Intermédios: -10% (vh)
 - Indústrias Transformadoras: -10,5% (vh)
- Índice de Volume de Negócios na Indústria diminuiu 8,7% em Março (vh – Fevereiro: -2,7%).
 - Agrupamentos de Bens de Consumo: -2,8%, vh (-0,6% em Fevereiro)
 - Bens Intermédios: -4,4%, vh (-5,2% no mês anterior).
 - Bens de Investimento: -26,0% (-0,8% em Fevereiro).
- Vendas em Março:
 - Mercado externo: -13,7%, vh (-2,7% em Fevereiro).
 - Mercado nacional: -5,0% face aos -2,8% registados em Fevereiro.
- Indicador de Confiança da Indústria diminuiu de -6,1 para -15,9 entre Março e Abril.

A evolução da indústria reflete-se ao nível dos **transportes de mercadorias**, que nos comboios registaram uma quebra de 15% em Abril. Apesar disso, a continuação do funcionamento da maioria destes sectores permitiu que diferentes **serviços de apoio à indústria**, como os referentes à automatização e robotização ou o transporte de mercadorias, tenham sido menos prejudicados do que seriam se a indústria parasse por completo.

Os valores para os **serviços**, contudo, mostraram em Março de 2020, o Índice de Volume de Negócios nos Serviços diminuiu 13,6%, vh (em Fevereiro de 2020, +0,5%). Os Índices de Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços apresentaram variações homólogas de 0,2%, 1,7% e -1,9%, respetivamente (1,7%, 5,9% e 0,0% no mês anterior).

C - Sectores pouco afetados (em menos de 10% da sua atividade):

- Agricultura
- Indústria e comércio agroalimentar
- Saúde e farmacêutico
- Energia e Água
- Construção e imobiliário
- Tecnologias de informação e comunicação
- Químico e papel

- Banca e seguros
- Serviços de entrega de bens e comércio *on-line*

Finalmente, há sectores que foram menos afetados pela crise, ou que até poderão ter beneficiado. A **agricultura e a indústria e comércio agroalimentar**, os serviços postais e personalizados para **entrega de bens**, o **comércio on-line**, as **tecnologias de informação e comunicação**, a **água e a energia** beneficiaram do confinamento em casa e da necessidade de comunicar com maior frequência por razões profissionais, escolares e particulares. A distribuição alimentar e as bebidas beneficiaram de maiores compras para substituir a redução do funcionamento da restauração.

- Exportações cresceram 7,5% no passado mês de Março, mas foram prejudicadas pela queda substancial verificada no canal Horeca.
- Em Março, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho diminuiu 5,6% (vh, deflacionado e corrigido dos efeitos de calendário e da sazonalidade) mas em termos desagregados: o Índice de Volume de Negócios de Produtos Alimentares registou uma variação homóloga de +9,0% (+8,9% em Fevereiro).
- Número de idas (mobilidade) a supermercados e farmácias caíram 40% em Abril
- Energia: Índice de produção industrial aumentou +13,4% (vh).

Da mesma forma, os serviços como as **farmácias e as indústrias de saúde**, essenciais em todos os momentos mas mais ainda nesta fase pois disponibilizam materiais de proteção, o sector **químico**, onde a procura por desinfetantes e produtos de tratamento de água, materiais plásticos de embalagem, oxigénio para fins medicinais ou por fertilizantes para a cadeia alimentar, aumentou, ou o **papel**, com a produção de rolos, lenços e artigos de higiene, estarão a ser pouco afetados pelo Covid-19.

- Em Março, as exportações do sector do papel e do químico apenas diminuíram em 2% e 4%, respetivamente, e as da atividade farmacêutica aumentaram 31%.

Outras atividades como a **Construção** parecem também não ter sido substancialmente afetadas, continuando a operar. Em Março, a produção no sector da construção, ajustada de dias úteis e da sazonalidade, diminuiu 4,2% em Portugal. Os índices de emprego, de remunerações e de custos de construção da habitação mantiveram-se positivos apesar de terem desacelerado face ao mês anterior (respetivamente +0,9%, +1,1% e +0,6%).

- Índice de Produção na Construção (média móvel de três meses, corrigida dos efeitos de calendário e da sazonalidade) registou uma taxa de variação homóloga de -0,6%, inferior em 1,5 p.p. ao valor verificado no mês anterior (0,9%).
- Indicador de Confiança da Construção e Obras Públicas registou uma diminuição de -6,4 para -16,5 entre Março e Abril.
- Construção e Obras Públicas: saldo das opiniões sobre as perspetivas de emprego apresentou em Abril a maior diminuição desde o início da série, interrompendo a subida verificada desde Novembro de 2012.

Os restantes serviços empresariais, como **banca ou seguros** puderam aproveitar a possibilidade de colocar os seus colaboradores em teletrabalho, contribuindo desta forma para que o processo de digitalização da economia tenha acelerado muito. Na retoma deverá haver uma estratégia gradual que combine teletrabalho com horários progressivamente dilatados no local de trabalho.

Embora afetados, estes sectores continuaram a funcionar, uma vez que a larga maioria dos contratos de financiamento, de seguros e de consultoria jurídica se mantiveram, e houve até um acréscimo no acesso a financiamento por parte das empresas em virtude das medidas de apoio à tesouraria que foram



implementadas em resposta à crise. Contudo, o sector financeiro também irá sofrer no futuro com a falência de empresas e o crescimento do crédito malparado.

- Stock de empréstimos às empresas em Março: +1,7%, TVA (0,0% no mês anterior)
- Stock de empréstimos a Particulares +1,8%, TVA (2,1% no mês anterior).
- Crédito vencido em Março: de 2,92% (% do total de crédito), menos 0,03 p.p. face a Fevereiro.
 - Crédito vencido em percentagem do total de empréstimos concedidos às empresas passou de 4,53% para 4,44%.
 - Crédito vencido em percentagem do total de empréstimos concedidos aos Particulares fixou-se em 2,06% (2,06% no mês precedente).
- Valor total dos novos empréstimos dos bancos a empresas e particulares no mês de Março aumentou 10%, vh (menos 14,2 p.p. face ao mês anterior): dos quais, novos empréstimos às empresas +9,4% (menos 11,7 p.p. face a Fevereiro); novos empréstimos a Particulares subiram 11,2% (menos 18,5 p.p. face a Fevereiro de 2020).

3.2 - Viabilidade, robustez financeira e resiliência

Para o período de retoma importa que a intervenção pública possa diferenciar, por um lado, entre empresas viáveis e não-viáveis e por outro entre empresas solventes e insolventes. A viabilidade da empresa é assegurada quando o seu negócio é sustentável face às condições de mercado (a empresa tem capacidade de gerar resultados superiores aos seus custos de funcionamento – i.e. resultado líquido e EBITDA positivos). A solvabilidade da empresa depende da sua capacidade de cumprir com os seus compromissos financeiros – i.e. capital próprio positivo, EBIDTA > custo anual com juros. Embora a viabilidade contribua para a solvabilidade de uma empresa, problemas temporários de liquidez podem impedir a empresa de cumprir com os compromissos financeiros.

A combinação das dimensões de viabilidade e solvência permitem identificar, pelo menos, quatro situações típicas: i) Empresas não-viáveis e insolventes - neste caso as empresas devem sair do mercado; ii) Empresas não viáveis mas solventes - estas empresas não apresentam grande valor económico mas também não carecem de apoios estatais; iii) Empresas viáveis mas com risco de insolvência - as empresas nesta situação devem ser objeto da ajuda pública; e iv) Empresas viáveis e solventes - estas empresas não representam normalmente um problema do ponto de vista da intervenção pública, a não ser que restrições temporárias de liquidez possam comprometer a sua solvabilidade.

Neste sentido, as políticas de apoio devem direcionar-se especialmente para as empresas economicamente viáveis que atravessem problemas financeiros e/ou de liquidez. As medidas já tomadas – linhas financeiras, *lay-off* – vão precisamente neste sentido. Mas a retoma económica deverá implicar alterações nos processos de fabrico, nas condições de trabalho e no relacionamento com os clientes, nomeadamente em mercados externos, requerendo um esforço de investimento que empresas debilitadas financeiramente terão dificuldade em concretizar.

No quadro 1 são apresentados um conjunto de indicadores económico-financeiros relativos a 2018 que podem ser utilizados para **aferir a incidência de empresas não viáveis e insolventes em cada sector**. Embora estes critérios sejam mais relevantes ao nível da empresa do que ao nível do sector, a predominância de empresas com problemas de viabilidade ou solvência num determinado sector também pode indiciar limitações quanto ao funcionamento ou capacidade de crescimento do respetivo mercado. Por outro lado, a informação sectorial também poderá contribuir para aferir a maior seletividade com que eventuais apoios públicos devam ser aplicados a determinados sectores. Importa também ter em atenção que os indicadores apresentados são referentes a um período anterior à pandemia, o que poderá ter consequência na solvabilidade de uma empresa.

Em termos gerais, observa-se que a existência de empresas economicamente inviáveis e financeiramente insolventes é significativa em todos os sectores. A prevalência de empresas com Capital Próprio negativo é particularmente notada em atividades como a “Extração e preparação de minérios metálicos” “Descontaminação e atividades similares” “Restauração e similares”, “Atividades desportivas, de diversão e recreativas” e “Outras atividades de serviços pessoais” - todas com incidência acima dos 40%. A incapacidade de geração de cash-flow suficiente para fazer face aos gastos com financiamento são particularmente evidentes na “Indústria do Vestuário Indústria do Couro e dos produtos do couro”, “Restauração e similares”, “Outras atividades de serviços pessoais” e na “Extração e preparação de minérios metálicos” sectores onde a incidência de empresas nesta situação fica acima dos 20%.

A incidência de empresas com Resultados Líquidos Negativos e EBITDA negativo (inviáveis) é notada em sectores particularmente importantes em termos de número de empresas quer e de pessoas ao serviço como sejam “Extração e preparação de minérios metálicos” “Transportes por água”, “Atividades imobiliárias”, “Atividades desportivas e recreativas” e “Outras atividades de serviços pessoais”.

A incidência de empresas com maior viabilidade e solvabilidade é maior nos sectores de fabricação de produtos metálicos, fabricação de máquinas e equipamentos, captação, tratamento e distribuição de águas e algumas outras atividades diversas. As indústrias de madeira e cortiça, fabricação de pasta de papel, fabricação de artigos de borracha, reparação e manutenção de máquinas e equipamento e a fabricação de equipamento elétrico apresentam também bons indicadores.

Estes sectores, apesar de solventes em 2018, poderão registar dificuldades na gestão de tesouraria na sequência da pandemia – na medida em que o risco de insolvência é recente estas empresas poderão ser mais fáceis de reabilitar com apoio público do que empresas com problemas de solvência anteriores.

Os modelos de produção *just-in-time*, que reduzem ao mínimo a necessidade de acumulação de *stocks* devido a uma maior frequência nos abastecimentos de consumos intermédios nas várias fases da cadeia de produção poderão também implicar uma gestão de tesouraria mais flexível (com menor exigência de liquidez), tornando as empresas mais condicionadas por eventuais disrupções nos recebimentos.

Com efeito, de acordo com Barros e Tavares (2020)³, 25% das empresas portuguesas não teria capacidade de assegurar pagamentos salariais por mais de um mês, num cenário de quebra abrupta de receitas. Esta capacidade é particularmente reduzida nos sectores de alojamento e restauração.

Os dados do Inquérito excecional às empresas (INE) complementam a viabilidade ao darem informação sobre a resiliência sectorial no contexto da atual pandemia. Destacam-se os sectores Atividade de Informação e Comunicação e Construção e atividades imobiliárias pela resiliência e capacidade de Diversificação/modificação da produção (estes dois sectores reportam os valores mais altos de proporção de empresas que se mantêm em funcionamento, proporção de empresas que registam reduzidos impactos no volume de negócios e de diversificação/modificação da produção).

O sector da Informação e Comunicação destaca-se ainda pela elevada proporção de empresas (25,6%) que reportam perspetivas positivas de se manterem em funcionamento, nas atuais circunstâncias, e na ausência de medidas adicionais de liquidez. Para além disso, destaca-se, ainda, o sector do Comércio (e novamente as Atividades de informação e comunicação) pela capacidade de alteração e reforço de canais de distribuição (online, takeaway), sendo os sectores que mais reportaram ter procedido a alterações nos canais de distribuição (29,1% no caso do Comércio e 28,6% nas Atividades de informação e comunicação).

³ “COVID-19 – Capacidade das empresas para assegurar o pagamento das remunerações numa situação de paragem total da atividade”, Boletim Mensal de Economia Portuguesa, Abril 2020.

Quadro 1: incidência de problemas na viabilidade e solvência (% de empresas do sector)

CAE Rev 3		Gastos fin. > EBITDA	Capital próprio < 0	Resultado líquido < 0	EBITDA < 0
01	Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	13,76	21,39	39,89	29,48
02	Silvicultura e exploração florestal	10,62	15,67	28,18	20,89
03	Pesca e aquicultura	13,34	25,98	38,90	26,69
07	Extracção e preparação de minérios metálicos	26,47	41,18	61,76	61,76
08	Outras indústrias extractivas	15,46	24,21	37,52	30,93
10	Indústrias alimentares	19,93	31,14	40,48	32,55
11	Indústria das bebidas	16,63	21,55	43,95	33,65
13	Fabricação de têxteis	15,56	21,06	31,26	25,41
14	Indústria do vestuário	20,04	26,85	36,13	30,13
15	Indústria do couro e dos produtos do couro	20,37	22,28	34,99	28,34
16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação ...	13,17	22,77	26,87	22,77
17	Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	12,74	16,51	26,89	20,75
18	Impressão e reprodução de suportes gravados	14,71	21,18	31,14	24,15
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto prod. farm.	18,79	19,87	41,21	35,97
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	13,10	21,43	42,26	37,50
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	12,65	14,71	25,78	20,20
23	Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	15,29	24,00	31,41	25,48
24	Indústrias metalúrgicas de base	13,03	15,49	30,28	26,76
25	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	11,79	17,86	24,58	19,75
26	Fabricação de equipamentos informáticos, equip. comunicações e prod. Elect. e ópticos	15,44	19,65	36,49	30,53
27	Fabricação de equipamento eléctrico	13,35	17,92	28,52	23,95
28	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	11,16	13,04	24,67	19,91
29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes automóveis	15,81	18,07	30,60	25,67
30	Fabricação de outro equipamento de transporte	17,32	22,08	42,86	38,10
31	Fabrico de mobiliário e de colchões	14,87	26,06	28,52	24,50
32	Outras indústrias transformadoras	14,81	21,14	35,70	29,50
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	10,09	15,86	25,45	20,50
35	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	12,25	16,37	41,82	34,00
36	Captação, tratamento e distribuição de água	4,67	8,00	16,67	10,00
37	Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais	12,90	19,35	38,71	30,65
38	Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais	12,44	18,08	28,52	22,89
39	Descontaminação e actividades similares	11,11	55,56	33,33	33,33
41	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	13,89	21,91	35,61	31,37
42	Engenharia civil	12,76	17,96	33,52	28,81
43	Actividades especializadas de construção	10,19	18,95	24,88	20,28
45	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	17,58	32,31	36,89	32,60
46	Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos	13,58	21,77	31,43	27,03
47	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	17,34	32,03	37,77	33,21
49	Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	13,90	17,47	40,45	27,51
50	Transportes por água	17,28	37,45	50,62	44,44
51	Transportes aéreos	15,38	38,46	46,15	36,54
52	Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes(inclui manuseamento)	13,66	16,83	31,15	25,33
53	Actividades postais e de courier	12,75	24,29	37,65	31,17
55	Alojamento	15,96	27,95	49,61	39,79
56	Restauração e similares	20,80	48,26	44,55	39,69
58	Actividades de edição	14,41	31,02	39,66	34,96
59	Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão...	12,71	24,17	35,34	28,25
60	Actividades de rádio e de televisão	17,93	26,89	39,78	32,49
61	Telecomunicações	13,78	31,39	39,91	34,23
62	Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	9,91	20,83	32,01	26,75
63	Actividades dos serviços de informação	14,87	31,16	43,22	39,90
68	Actividades imobiliárias	14,73	23,43	46,56	40,43
69	Actividades jurídicas e de contabilidade	7,13	13,16	22,24	17,35
70	Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	10,52	21,29	36,66	32,07
71	Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios ...	9,22	19,40	29,70	24,44
72	Actividades de investigação científica e de desenvolvimento	13,38	22,31	44,15	39,23
73	Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	12,46	24,27	32,82	27,80
74	Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	12,78	25,76	37,64	31,74
75	Actividades veterinárias	10,39	22,21	27,66	21,79
77	Actividades de aluguer	13,50	25,34	39,78	29,48
78	Actividades de emprego	14,43	28,15	37,34	34,09
79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e act. relacionadas	18,21	31,97	45,02	37,42
80	Actividades de investigação e segurança	14,45	19,11	28,67	24,01
81	Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	15,59	28,42	36,18	30,56
82	Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	11,67	24,94	33,28	27,90
85	Educação	18,70	38,72	43,38	36,14
86	Actividades de saúde humana	6,74	11,88	24,30	16,08
87	Actividades de apoio social com alojamento	15,38	26,84	37,34	28,93
88	Actividades de apoio social sem alojamento	14,84	34,99	36,58	30,92
90	Actividades de teatro, de música, de dança e outras actividades artísticas e literárias	11,13	27,31	33,43	28,02
91	Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais	15,08	24,60	43,65	38,89
92	Lotarias e outros jogos de aposta	9,22	15,60	26,95	24,11
93	Actividades desportivas, de diversão e recreativas	19,81	44,34	54,32	44,93
94	Actividades das organizações associativas	2,88	4,96	9,82	7,14
95	Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico	19,38	37,38	41,64	36,95
96	Outras actividades de serviços pessoais	23,21	52,91	52,61	46,95

Fonte: GEE, com base nos Quadros do Setor (Banco de Portugal)

3.3 - Performance e capacidade de recuperação

A performance económica de alguns sectores na sequência da crise financeira também é um indicador importante da sua capacidade de recuperação económica e de gerar postos de trabalho, mesmo sabendo que a natureza das duas crises é diferente. Nesta secção são analisados os sectores com melhor performance relativamente ao crescimento do VAB, da Formação Bruta de Capital Fixo, do emprego e das exportações.

De realçar que apenas os sectores da “Agricultura” e “Fabricação de veículos automóveis” estão entre os de melhor desempenho de acordo com os 4 critérios considerados. Para além destes, a “Fabricação de têxteis”, a “Fabricação de pasta e de papel” e a “Fabricação de produtos metálicos” registaram taxas de crescimento do VAB e da FBFC superiores à média. Crescimentos mais significativos das exportações foram observados nos sectores “Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos” e “Fabricação de outro equipamento de transporte”.

No período 2013-2018, o VAB das empresas não financeiras cresceu, em termos nominais, 35%.

VAB – Sectores com crescimento acima da média da economia portuguesa e com peso superior a 1% no VAB das Empresas não financeiras⁴

- 01 - Agricultura, (crescimento de +57,9% e peso de 1,5% em 2018);
- 13 - Fabricação de têxteis (+40,2%; 1,1%)
- 17 - Fabricação de pasta e de papel (+35,5%; 1,1%)
- 25 - Fabricação de produtos metálicos (+43,5%; 2,5%);
- 29 - Fabricação de veículos automóveis (+56,2%; 1,6%)
- 41 - Promoção imobiliária e construção de edifícios (+51%; 2,9%);
- 43 - Atividades especializadas de construção (+36%, 2,5%)
- 45 - Comércio e reparação de veículos (+57%; 2,4%)
- 47 - Comércio a retalho (+39%; 8,3%)
- 55 - Alojamento (+116,9%; 2,6%);
- 56 - Restauração (+89,6%; 3,8%);
- 62 - Consultoria e programação informática (+55%; 2,4%)
- 70 - Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão (40,9%; 2,1%)
- 82 - Atividades de apoio às empresas (61,4%; 2,5%)

No seu conjunto, os sectores identificados pesaram 37,3% do VAB das empresas não financeiras.

No período 2013-2018, o investimento das empresas não financeiras cresceu 80,2%.

Investimento (FBCF) – Sectores com crescimento acima da média da economia portuguesa e com peso superior a 1% no investimento (FBCF) das empresas não financeiras

- 01 - Agricultura (crescimento de +102,1% e peso de 4,8% em 2018);
- 13 - Fabricação de têxteis (+98,6%; 1,1%);
- 16 - Indústrias da madeira e cortiça (+135%; 1,1%);

⁴ Para efeitos desta análise, somente se considerou o VAB das empresas não financeiras por forma a ser comparável com as restantes variáveis.



- 17 - Fabricação de pasta e papel (+342,8%; 1,8%);
- 23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos (+110,5%; 1,5%);
- 25 - Fabricação de produtos metálicos (+94,7%; 2,3%);
- 28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos (+115,9%; 1%);
- 29 - Fabricação de veículos automóveis (+221,6%; 2,3%);
- 43 - Atividades especializadas de construção (+175,4%; 1,1%);
- 45 - Comércio e reparação de veículos (+213,3%; 1,9%);
- 49 - Transportes terrestres e por oleodutos ou gasodutos (+100,6%; 2,9%);
- 55 - Alojamento (+157,1%; 5,4%);
- 56 - Restauração (+112,5%; 2,3%);
- 68 - Atividades imobiliárias (+286,9%; 9,9%);
- 77 - Atividades de aluguer (+738,9%; 5,5%);
- 93 - Atividades desportivas e recreativas (+110,7%; 1,6%)

No seu conjunto, os sectores identificados pesaram 46,5% da FBCF das empresas não financeiras.

No período 2013-2018, o emprego (pessoal ao serviço) das empresas portuguesas cresceu 20,2%

Emprego (Pessoal ao Serviço) – Sectores com crescimento acima da média da economia portuguesa e com peso superior a 1% no emprego (pessoal ao serviço)

- 01 - Agricultura (crescimento de +25,2% e peso de 4,2% em 2018);
- 29 - Fabricação de veículos automóveis (+43%; 1,1%);
- 55 - Alojamento (+97,5%; 2,7%);
- 56 - Restauração (+26,6%; 6,6%);
- 62 - Consultoria e programação informática (+44,6%; 1,6%);
- 68 - Atividades imobiliárias (+58,4%; 1,8%);
- 70 - Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão (+37,4%; 1,7%);
- 78 - Atividades de emprego (+46,1%; 3%);
- 81 - Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins (+25,2%; 2,1%);
- 82 - Atividades de apoio prestados às empresas (+36,6%; 5,5%);
- 86 - Atividades de saúde humana (+26,4%; 4%);

No seu conjunto, os sectores identificados pesaram 34,2% do emprego nas empresas não financeiras.

No período 2013-2019, as exportações de bens cresceram, em termos nominais, 26,6%.

Exportações de bens – Sectores com crescimento acima da média da economia portuguesa e com peso superior a 1% nas exportações de bens

- 01 - Agricultura (crescimento de +72,3% e peso de 2,4% em 2019);
- 12 - Indústria do tabaco (+62,3%; 1%);
- 21 - Fabricação de produtos farmacêuticos (+52,6%; 1,9%);
- 22 - Fabricação de artigos de borracha e de plástico (+30%, 5,4%);
- 26 - Fabricação de equipamentos informáticos, para comunicações e produtos eletrónicos e óticos (+108,8%; 6,1%);
- 29 - Fabricação de veículos automóveis (+87,7%; 14,7%);

- 30 - Fabricação de outro equipamento de transporte (+159,2%; 2%);
- 31 - Fabrico de mobiliário (+51,7%; 3%);

No seu conjunto, os sectores identificados pesaram 36,5% das exportações portuguesas de bens em 2019.

As Atividades de informação e de comunicação são o sector com o melhor desempenho global em termos de **Investimento Direto Estrangeiro**, com o maior crescimento de stock em 2019 face ao ano anterior, com o maior crescimento do stock face a 2014 e com maior contributo para o crescimento total de stocks desde 2014. Este sector foi seguido pelo das Atividades imobiliárias com o segundo maior crescimento global desde 2014 e com o segundo maior contributo para o crescimento total de stocks desde 2014. Outros sectores com bom desempenho em termos de IDE são Eletricidade, gás e água e as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.

3.4 - Grau de internacionalização e vantagens comparativas reveladas

Os sectores mais internacionalizados, quer por via das exportações ou das importações, estão menos dependentes da conjuntura nacional e mais aptos a explorar vantagens de mercados em expansão, quer coincidam ou não com os habituais destinos ou origens das suas transações internacionais. Esta é uma condição importante num contexto em que muitas economias apresentam sérias dificuldades relacionadas com a sua capacidade produtiva ou com a fraca procura doméstica.

No entanto, não obstante o seu potencial para a retoma, estes sectores/empresas foram bastante afetados pela atual pandemia, devido a quebras de fornecimentos provenientes do exterior, ou interrupções na procura pelos produtos que exportam, para além de outros efeitos das medidas de confinamento (lay-off, quebra da procura) com implicações para a generalidade das empresas. Estas disrupções podem dar origem a problemas temporários de liquidez suscetíveis de ameaçar a solvabilidade de empresas, o que justifica o apoio público.

Por outro lado, as atuais perturbações nas cadeias de valor global podem dar origem a desvios de comércio criando a oportunidade de explorar outros mercados e para a produção de novos produtos quer para exportação, quer para substituição de exportações. Aproveitar estas oportunidades exigirá investimentos adicionais por parte das empresas que sem o apoio público poderiam ser difíceis de realizar. O investimento em investigação e desenvolvimento, com o objetivo de promover produtos inovadores ou processos produtivos mais eficientes poderá ser um exemplo.

O quadro seguinte ordena os sectores de acordo com o peso das exportações no respetivo valor acrescentado doméstico. Estes dados (OCDE TiVA), ao considerarem apenas o conteúdo doméstico das exportações poderão diferir das estatísticas oficiais de comércio sectorial.

Gráfico 1: Dependência relativa da procura final externa, por sector de atividade
 % do VA doméstico sectorial, 2015



Fonte: GEE, com base nos dados da OCDE, Trade in Value Added (TiVA) 2018.

Ainda não é conhecida a dimensão da quebra no comércio internacional por via da disrupção das cadeias de fornecimentos e da redução da procura externa, nem o que irá acontecer ao comércio internacional na retoma. No entanto, tendo em conta o desfasamento nas curvas epidemiológicas nos vários cantos do globo, as diferentes respostas à pandemia e os impactos associados, é provável que numa primeira fase da retoma da economia europeia, as cadeias de valor prossigam num formato mais regional, o que pode criar algumas oportunidades de exportação para a economia portuguesa. Na literatura do comércio internacional este fenómeno é conhecido como o efeito de desvio de comércio.

No limite, no curto prazo, alguns sectores da economia portuguesa podem ser ativados para abastecer os mercados da UE substituindo os respetivos fornecedores de origem extracomunitária, criando-se assim uma oportunidade interessante para absorverem e reterem competências também no médio-longo prazo.

Para identificar essas oportunidades procede-se a uma análise dos padrões de comércio internacional, focando o perfil de especialização de Portugal e dos seus parceiros comunitários.

Cenário 1 – Sectores que podem absorver competências | Afirmação do sector

Num primeiro cenário procura-se identificar os sectores da economia portuguesa que terão maior potencial para aproveitar as oportunidades de acréscimo de procura por desvio de comércio. Para o efeito, foram escolhidos sectores em que Portugal tem um elevado nível de vantagem comparativa revelada (calculada como o peso das exportações do sector nas exportações totais da economia sobre o peso das exportações mundiais daquele sector no total das exportações mundiais) quando comparado com o conjunto da UE-26 (UE27 sem Portugal) e que, portanto, podem reforçar as suas exportações para o mercado comunitário, substituindo-se aos abastecimentos de países terceiros.

Caixa 1 - Critérios para efeitos de identificação dos sectores:

Consideram-se paralelamente duas situações com base no valor do IVCR de Portugal e da UE-26. Na primeira consideram-se os sectores em que apenas Portugal tem Vantagem Comparativa Revelada:

$$IVRC = \frac{x_{ij}/X_j}{x_i/X} > 1$$

(sendo X_{ij} as exportações do sector i do país j ; X_j as exportações totais do país j ; X_i as exportações mundiais dos sectores i e X as exportações mundiais totais).

Adicionalmente consideram-se sectores em que ambos os países têm Vantagem Comparativa Revelada, mas Portugal tem um IVCR superior ao IVCR da UE-26.

Foram identificados 10 sectores (quadro 2) cujo VAB exportado representa atualmente 54% de todo o VAB exportado pela economia portuguesa.

Cenário 2 – Sectores em que Portugal tem margem para exportar | Prospeção de mercado

Num segundo cenário procura-se identificar os sectores da economia portuguesa em que Portugal e o conjunto da UE-26 estão especializados, mas onde ainda há margem para aproveitar as oportunidades de desvio de comércio dado que nem todos os países da UE estão especializados nesses sectores.

Foram identificados 6 sectores (quadro 3) cujo VAB exportado representa atualmente 13% de todo o VAB exportado pela economia portuguesa.

Caixa 2 - Critérios para efeitos de identificação dos produtos:

Consideram-se paralelamente duas situações com base no valor do IVCR de Portugal e da UE-26. Na primeira consideram-se os sectores em que Portugal e a UE-26 têm Vantagem Comparativa Revelada ($IVCR > 1$), mas o valor do IVCR do conjunto da UE-26 supera o valor do IVCR de Portugal. Adicionalmente consideram-se sectores em que nem Portugal nem o conjunto da UE têm Vantagem Comparativa Revelada, mas Portugal tem um IVCR simultaneamente superior a 0.8 (sugerindo alguma especialização) e ao valor da UE-26.

Quadro 2: Sectores da economia portuguesa que podem beneficiar de procura acrescida por desvio de comércio

2015		IVCR																										Σ Importações dos países da UE-26 com IVCR < 1 ao Extra-EU (Milhões USD)		
		PRT	UE-26	Dos quais:																										
				AUT	BEL	CZE	DNK	EST	FIN	FRA	DEU	GRC	HUN	IRL	ITA	LVA	LTU	LUX	NLD	POL	SVK	SVN	ESP	SWE	BGR	HRV	CYP		MLT	ROU
D13T15	Têxteis, vestuário e calçado	2,79	0,49	0,3	0,3	0,5	0,1	0,8	0,2	0,3	0,2	0,4	0,4	0,1	1,8	0,5	1,1	0,2	0,1	0,6	0,7	0,6	0,7	0,1	1,5	0,9	0,0	0,1	2,0	49 863
D16T18	Madeira, cortiça e papel	2,43	1,17	2,1	0,8	1,6	0,6	4,6	5,9	0,7	1,0	0,3	0,9	0,5	1,1	4,8	2,6	0,2	0,6	2,1	1,8	2,3	1,0	2,9	1,0	1,8	0,2	0,8	1,5	16 697
D22	Borracha e plásticos	1,58	1,26	1,1	0,7	3,0	0,7	0,8	1,0	1,1	1,6	0,4	2,1	0,5	1,4	0,4	1,6	0,6	0,6	2,2	2,5	2,3	1,0	0,8	1,1	0,6	0,2	0,6	1,5	12 253
D23	Produtos minerais não-metálicos	2,23	1,03	1,4	1,0	2,3	0,9	1,2	1,0	0,6	1,0	1,0	1,4	0,4	1,5	1,4	0,9	0,8	0,3	1,7	1,2	1,7	1,3	0,6	1,8	1,5	0,8	0,2	0,8	10 419
D35T39	Eletricidade, gás e água	1,68	1,09	1,4	0,8	1,5	0,6	1,5	1,8	1,2	0,9	1,5	1,0	0,5	1,3	1,2	0,7	0,5	0,4	1,5	1,3	1,7	1,6	1,0	2,6	2,5	0,8	0,5	1,7	32 434
D45T47	Comércio por Grosso e a Retalho	1,31	1,04	1,0	1,1	0,9	1,4	1,0	0,8	1,1	0,9	0,9	0,8	0,7	1,1	1,2	1,4	0,9	1,3	1,5	1,1	0,9	1,1	0,9	1,0	0,9	0,7	0,7	0,7	199 889
D49T53	Transporte e armazenagem	1,33	1,10	1,4	1,5	1,1	2,1	1,9	1,0	1,1	0,8	3,1	1,3	0,5	1,0	2,4	3,0	0,7	1,3	1,3	1,4	1,2	1,1	1,0	1,3	1,1	2,6	1,2	1,8	85 452
D55T56	Alojamento e restauração	3,25	1,20	2,3	0,9	0,9	1,0	1,4	0,7	1,5	0,6	4,5	0,9	0,6	1,5	1,4	0,9	1,1	0,6	0,7	0,9	1,5	2,8	1,1	1,5	6,8	4,5	3,3	0,8	25 745
D84	Administração Pública e Defesa	2,22	0,97	0,8	1,6	1,4	0,5	1,1	1,3	2,4	0,2	0,3	0,4	0,1	0,4	0,2	0,4	0,2	1,2	0,2	1,0	1,1	2,9	1,3	1,2	0,2	0,0	0,7	0,0	6 287
D90T98	Serviços de natureza social e pessoal	1,16	1,08	1,4	1,2	0,8	1,1	1,0	0,9	1,0	0,9	1,8	1,0	0,8	1,2	1,0	0,6	1,2	0,8	1,2	1,4	1,1	1,6	1,2	1,2	3,1	2,2	21,2	0,7	9 015

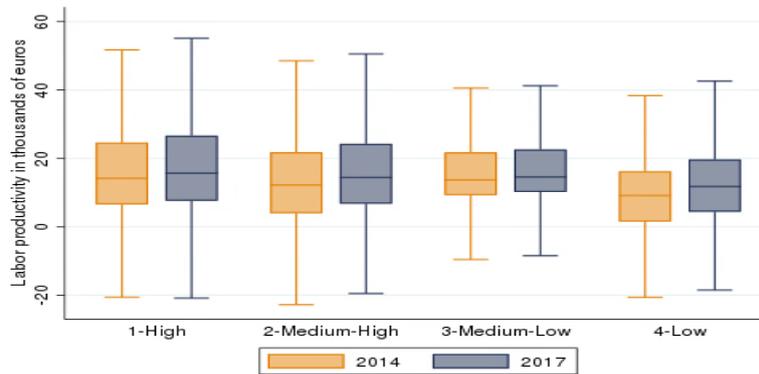
Quadro 3: Sectores da economia portuguesa em que Portugal tem margem para exportar | Prospeção de mercado

2015		IVCR																											Σ Importações dos países da UE-26 com IVCR < 1 ao Extra-EU (Milhões USD)	
		PRT	UE-26	Das quais:																										
				AUT	BEL	CZE	DNK	EST	FIN	FRA	DEU	GRC	HUN	IRL	ITA	LVA	LTU	LUX	NLD	POL	SVK	SVN	ESP	SWE	BGR	HRV	CYP	MLT		ROU
D01T03	Agricultura, silvicultura e pesca	0,83	0,61	0,4	0,3	0,8	0,8	1,3	1,1	0,7	0,2	1,7	1,3	0,3	0,6	2,0	1,5	0,1	1,0	0,7	1,1	0,6	1,3	0,5	2,0	1,2	0,9	0,5	1,4	48 813
D10T12	Indústria alimentar, bebidas e tabaco	1,25	1,26	1,0	1,5	0,9	1,3	1,2	0,4	1,3	0,9	1,6	0,9	3,9	0,9	1,4	2,4	0,3	1,7	1,6	0,6	0,6	1,5	0,5	1,5	2,2	0,9	0,9	1,0	14 430
D31T33	Mobiliário, Instalação de Máquinas e outras Indústrias	1,19	1,34	1,5	0,7	1,5	1,7	1,9	1,1	1,2	1,1	0,8	1,1	3,7	1,6	1,2	3,5	0,2	1,1	2,3	1,5	1,8	1,0	0,8	1,1	1,1	0,6	1,7	2,0	16 990
D41T43	Construção	1,53	1,59	2,9	3,0	2,4	3,4	2,0	1,2	0,8	1,2	0,1	0,9	0,0	1,9	3,5	1,0	2,4	0,9	3,6	4,1	2,5	2,0	1,6	2,3	1,2	0,3	1,9	1,6	5 808
D68	Atividades Imobiliárias	1,27	1,31	1,3	1,1	1,3	1,0	1,9	1,1	1,7	1,3	3,5	1,1	0,5	1,8	2,2	1,3	0,9	0,7	0,8	0,5	1,0	1,4	1,2	1,3	1,6	1,7	1,2	0,9	12 891
D86T88	Saúde humana e apoio social	1,12	2,03	1,4	1,9	2,4	2,5	0,9	1,3	2,3	2,5	0,5	0,7	0,9	1,7	0,4	0,6	1,5	2,5	1,5	0,7	0,8	1,8	3,6	0,7	1,5	0,4	0,4	0,7	1 602

3.5 - Capacidade tecnológica para aproveitar oportunidades com a digitalização da economia

A pandemia contribuiu para acelerar a transição digital da economia levando muitas empresas a utilizar tecnologias digitais associadas ao teletrabalho como forma de mitigar os efeitos negativos do confinamento. A maior digitalização da economia confere inúmeras oportunidades relacionadas com a maior eficiência produtiva, oferta e comercialização de novos produtos e serviços. O gráfico 3 e quadro 4 ilustram a relação positiva entre a maior produtividade da empresa e a adoção de tecnologia digital.

Gráfico 2. Produtividade aparente do trabalho, por classe de intensidade digital



Quadro 4. Produtividade do trabalho, por nível de intensidade digital

(mil €, a preços de 2016)

ano	Intensidade digital	Nº de empresas	Média	Percentis		
				25	50	75
2014	Alta	44 282	21,09	6,53	14,18	24,62
	Média-Alta	92 190	16,58	3,97	12,20	21,81
	Média-Baixa	16 586	17,64	9,23	13,69	21,77
	Baixa	90 491	13,50	1,49	9,15	16,25
	Total	243 549	16,33	3,73	11,43	20,33
2015	Alta	46 388	21,36	6,79	14,51	25,11
	Média-Alta	93 745	17,93	5,37	13,18	22,66
	Média-Baixa	16 885	17,81	9,52	13,85	21,81
	Baixa	92 784	13,90	2,33	9,93	17,17
	Total	249 802	17,06	4,74	12,13	21,08
2016	Alta	48 010	22,10	7,11	14,88	25,34
	Média-Alta	93 943	18,40	6,00	13,65	23,12
	Média-Baixa	17 080	18,23	9,86	14,08	21,95
	Baixa	95 369	16,05	3,30	10,73	18,27
	Total	254 402	18,21	5,46	12,70	21,67
2017	Alta	49 314	23,34	7,60	15,68	26,63
	Média-Alta	92 732	19,36	6,74	14,45	24,26
	Média-Baixa	16 959	18,60	10,17	14,55	22,60
	Baixa	98 191	18,21	4,39	11,78	19,68
	Total	257 196	19,64	6,28	13,52	22,88

Fonte: IES e cálculos próprios

Notas: com base na taxonomia proposta em Calvino et al "A taxonomy of digital intensive sectors." (2018).

Os sectores mais digitalizados estarão mais aptos a beneficiar das oportunidades criadas pela digitalização da economia e para enfrentar a maior concorrência externa. Os quadros seguintes mostram uma classificação de sectores por nível de intensidade digital e a situação portuguesa e da média da UE face a alguns indicadores selecionados.

Quadro 5: Classificação de sectores por nível de intensidade digital

Denominação	ISIC rev4	Intensidade digital
Agricultura	01-03	Baixa
Ind. extrativas	05-09	Baixa
Ind. alimentares	10-12	Baixa
Têxteis	13-15	Média-baixa
Madeira e papel	16-18	Média- elevada
Produtos refinados, petróleo	19	Média-baixa
Produtos químicos	20	Média-baixa
Produtos farmacêuticos	21	Média-baixa
Produtos de borracha e plásticos	22-23	Média-baixa
Metalúrgica de base e produtos metálicos	24-25	Média-baixa
Computadores, produtos eletrónicos e óticos	26	Média-elevada
Equipamento elétrico	27	Média- elevada
Máquinas e equipamento	28	Média- elevada
Equipamento de transporte	29-30	Elevada
Mobiliário, reparação, manutenção de máquinas e equipamentos	31-33	Média- elevada
Eletricidade e, gás,	35	Baixa
Água	36-39	Baixa
Construção	41-43	Baixa
Comércio por grosso	45-47	Média- elevada
Transportes e armazenagem	49-53	Baixa
Alojamento e restauração	55-56	Baixa
Atividades de edição, rádio e televisão	58-60	Média- elevada
Telecomunicações	61	Elevada
Serviços de informação, consultoria informática	62-63	Elevada
Serviços financeiros	64-66	Elevada
Atividades imobiliárias	68	Baixa
Atividades jurídicas e de contabilidade	69-71	Elevada
Atividades de investigação científica e de desenvolvimento	72	Elevada
Publicidade e outros serviços	73-75	Elevada
Atividades de Apoio administrativo	77-82	Elevada
Educação	85	Média-baixa
Atividades de saúde	86	Média-baixa
Atividades de apoio social	87-88	Média-baixa
Arte e atividades recreativas	90-93	Média-elevada
Outros serviços	94-96	Média- elevada

Nota: A definição das classes de intensidade digital baseou-se na taxonomia proposta em Calvino et al "A taxonomy of digital intensive sectors." (2018).

Conforme se verifica nos quadros 6 e 7, os sectores da Eletricidade, gás e água, Comunicação e informação, atividades científicas, transportes e armazenagem, e ICT estão relativamente bem posicionados no que diz respeito a *software* para partilha de informação entre diferentes áreas funcionais da empresa. No que respeita a vendas e ordens *online* destacam-se sobretudo os sectores de Alojamento, Comunicação e informação e ITC.

Quadro 6: Digitalização (por % de empresas com mais de 10 trabalhadores)

Sectores	Empresas com <i>software</i> ERP para partilha de informação entre áreas funcionais diferentes		Empresas com soluções de <i>software</i> para relacionamento com clientes	
	Portugal	EU	Portugal	EU
Indústria transformadora	41	45	19	33
Eletricidade, gás e água	69	43	28	36
Construção	25	21	12	20
Comércio por grosso	44	41	31	41
Transportes e armazenagem	44	25	27	24
Alojamento	36	25	46	44
Informação e comunicação	63	49	57	62
Atividades imobiliárias	27	33	30	36
Atividades profissionais, científicas e técnicas	56	34	30	41
Serviços de apoio administrativo	48	26	26	33
Tecnologias de Informação e Comunicação	68	55	62	66
Comércio a retalho	35	28	28	30

Quadro 7: Digitalização (por % de empresas com mais de 10 trabalhadores)

Sector	Empresas que recebem encomendas através de redes informáticas		Empresas com pelo menos 1 % de vendas <i>online</i>		Empresas que recebem encomendas através de sítios ou aplicações da internet	
	Portuga		Portuga		Portuga	
	I	EU	I	EU	I	EU
Indústria transformadora	18	19	17	16	9	11
Eletricidade, gás e água	9	13	9	10	9	10
Construção	5	7	5	6	4	5
Comércio por grosso	21	31	20	26	14	25
Transportes e armazenagem	14	18	14	17	10	13
Alojamento	80	66	80	64	79	65
Informação e comunicação	26	25	26	21	23	22
Atividades imobiliárias	:	10	:	9	19	10
Atividades profissionais, científicas e técnicas	:	11	:	9	12	9
Serviços de apoio administrativo	17	15	17	13	16	13
Tecnologias de Informação e Comunicação	27	23	27	20	23	20
Comércio a retalho	:	27	:	22	20	25

4 - Conclusões e políticas de Apoio

Embora seja difícil de prever a magnitude e duração da pandemia, é já possível evidenciar alguns dos seus efeitos e algumas tendências que deverão permanecer por algum tempo. A quebra na procura doméstica e externa, a redução do comércio internacional e do turismo, a maior utilização de tecnologias digitais são fatores que deverão condicionar a recuperação da maior parte das economias.

Não obstante a generalidade destes fatores, algumas economias poderão recuperar mais rapidamente do que outras, ou porque foram menos afetadas pela pandemia, ou porque tinham sistemas de saúde mais bem preparados para fazer face à situação, ou porque implementaram apoios públicos mais substanciais, ou porque partem de uma situação mais sustentável em termos de finanças públicas.

Para uma maior eficácia na recuperação da economia, as políticas pública deverão ser dirigidas a sectores com uma maior capacidade de crescimento e a empresas economicamente viáveis com problemas temporários de tesouraria ou de disrupções na atividade produtiva.

Neste contexto, os sectores mais internacionalizados, estarão mais aptos a explorar oportunidades decorrentes de mercados em maior expansão relativa e de alterações estruturais que ocorram no comércio internacional. Estas deverão decorrer de possíveis disrupções nas cadeias de valor global que, ao passarem a assumir um carácter mais regional, poderão dar origem a oportunidades de desvios de comércio.



Para além disso, a maior digitalização da economia é outro fator suscetível de originar oportunidades decorrentes de processos produtivos mais eficientes, de um maior potencial para o comércio internacional e de uma maior mobilidade e concorrência no mercado de trabalho. Esta maior concorrência poderá também ser um fator de risco colocando em desvantagem competitiva os trabalhadores e empresas que não adquiram capacidades para beneficiar destas tecnologias.

Os sectores foram ordenados pela melhor classificação em função do seu i) potencial para obtenção de vantagens com a internacionalização; ii) potencial tecnológico; iii) dos maiores condicionalismos futuros; iv) da performance passada relativamente ao crescimento do VAB, investimento, emprego, exportações e IDE; e da v) viabilidade e impacto da pandemia (ver quadro 8).

Para o cálculo da classificação dos sectores, foi atribuída uma ponderação idêntica (máximo de 2 valores) a cada uma das 5 dimensões, discriminados da seguinte forma, conforme os indicadores utilizados:

- **Internacionalização:** 1 ponto por cada indicador: exportador e IVRC
- **Potencial tecnológico:** 2 pontos se elevado; 1 ponto se médio; 0 se baixo ou médio-baixo
- **Condicionalismos futuros:** - 2 pontos, atribuídos aos sectores que continuarão condicionados por mais tempo pelas medidas de confinamento (i.e. turismo, transportes, atividades desportivas, espetáculos, etc.)
- **Performance passada:** 0,5 pontos por indicador, com um máximo de 2 para os sectores que se classificam entre os melhores em 4 indicadores – nenhum sector se classifica entre os melhores nos 5 indicadores.
- **Viabilidade e impacto da pandemia:** 1 ponto para a viabilidade 1 para o impacto.

Da informação condensada no quadro 8 resulta que **os apoios para a retoma da economia portuguesa deverão estar especialmente orientados para sectores com vocação externa e sujeitos a concorrência internacional**, e inclui algumas atividades que lhes estão a montante e que por lhes fornecerem serviços afetam também a sua competitividade.

As tendências atuais e as alterações provocadas pela crise poderão levar a que a retoma da economia traga mudanças na estrutura produtiva e na mobilidade de trabalhadores para sectores com maior potencial de crescimento. A fim de minimizar os custos de ajustamento que normalmente decorrem destas alterações, importa também complementar as medidas de apoio sectorial (ver sugestões no ponto 4.1) com outras a nível de formação e qualificação de gestores e colaboradores, para além de apoio ao desemprego a fim de garantir o rendimento das famílias e mitigar os efeitos negativos da contração da procura doméstica.

Quadro 8: Critérios para políticas de apoio

Sector	Sector de Actividade	Internacionalização		Potencial tecnológico	Maiores condicionalismos futuros	Performance passada					Viabilidade	Setores mais afetados	Valor
		Exportadores	IVRC			VAB	FBCF	Emprego	Export.	IDE			
29	Fabricação de veículos e componentes automóveis	■		■		■	■	■					5
17	Fabricação de pasta, de papel, de cartão	■	■			■							4,5
01	Agricultura, produção animal, caça	■					■	■					4
16	Indústrias da madeira e da cortiça	■					■						4
28	Fabricação de máquinas e de equipamentos	■		■			■				■		4
30	Fabricação de outro equipamento de transporte	■		■				■					4
62	Consultoria e programação informática			■		■		■		■			3,5
13	Fabricação de têxteis	■	■			■	■						3,5
18	Impressão e reprodução de suportes gravados	■											3,5
25	Fabricação de produtos metálicos	■				■	■				■		3,5
69	Actividades jurídicas e de contabilidade			■						■	■		3,5
70	Actividades das sedes sociais e consultoria para gestão			■		■		■		■			3,5
82	Serviços administrativos e apoio prestados às empresas			■									3,5
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	■	■					■					3
23	Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	■					■						3
26	Equip. informáticos, comunicações, eléctricos e ópticos	■		■				■					3
45	Comércio e manutenção de veículos	■			■	■							2,5
61	Telecomunicações			■						■			2,5
63	Actividades dos serviços de informação			■						■			2,5
14	Indústria do vestuário	■	■										2,5
15	Indústria do couro e dos produtos do couro	■	■										2,5
27	Fabricação de equipamento eléctrico	■		■									2,5
50	Transportes por água	■	■										2,5
71	Actividades de arquitectura, de engenharia			■						■			2,5
72	Actividades de investigação científica e desenvolvimento			■									2,5
73	Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião			■									2,5
74	Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas			■									2,5
81	Actividades relacionadas com edifícios e jardins			■				■					2,5
86	Actividades de saúde humana		■					■			■		2,5
43	Actividades especializadas de construção					■	■						2
47	Comércio a retalho	■	■	■	■	■							2
02	Silvicultura e exploração florestal	■	■										2
03	Pesca e aquicultura	■	■										2
31	Fabrico de mobiliário e de colchões			■				■					2
36	Captação, tratamento e distribuição de água		■								■		2
49	Transportes terrestres e por oleodutos ou gasodutos						■						2
52	Armazenagem e actividades auxiliares	■	■										2
53	Actividades postais e de courier	■	■										2

Quadro 8: Critérios para políticas de apoio (continuação)

Sector de Actividade	Internacionalização		Potencial tecnológico	Maiores condicionalismos futuros	Performance passada					Viabilidade	Setores mais afetados	Valor
	Exportadores	IVRC			VAB	FBCF	Emprego	Export.	IDE			
75 Atividades veterinárias												2
78 Atividades de emprego												2
80 Atividades de investigação e segurança												2
90 Teatro, música, dança, artísticas e literárias												2
91 Bibliotecas, arquivos e museus												2
92 Lotarias e outros jogos de aposta												2
95 Reparação de computadores e de bens de uso pessoal												2
96 Outras actividades de serviços pessoais												2
46 Comércio por grosso												1,5
58 Atividades de edição												1,5
59 Produção cinematográfica, de vídeo e de televisão												1,5
60 Atividades de rádio e de televisão												1,5
20 Fabricação de produtos químicos e de fibras												1,5
24 Indústrias metalúrgicas de base												1,5
32 Outras indústrias transformadoras												1,5
33 Reparação e instalação de máquinas e equipamentos												1,5
35 Electricidade, gás, água e ar												1,5
41 Promoção imobiliária												1
07 Extracção e preparação de minérios metálicos												1
08 Outras indústrias extractivas												1
10 Indústrias alimentares												1
11 Indústria das bebidas												1
21 Fabricação de produtos farmacêuticos												1
37 Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais												1
38 Recolha, tratamento e valorização de resíduos												1
39 Descontaminação e actividades similares												1
55 Alojamento												1
56 Restauração e similares												1
77 Atividades de aluguer												1
87 Atividades de apoio social com alojamento												1
88 Atividades de apoio social sem alojamento												1
68 Atividades imobiliárias												0,5
51 Transportes aéreos												0,5
79 Agências de viagem e operadores turísticos												0,5
93 Atividades desportivas, de diversão e recreativas												0,5
42 Engenharia civil												0
85 Educação												0
94 Atividades das organizações associativas												0

Fonte: GEE, com base nos Quadros do Setor (Banco de Portugal)

4.1 - Políticas de Apoio

As políticas de apoio dirigidas aos sectores no âmbito da crise provocada pelo Covid-19 devem ser seletivas relativamente à viabilidade da empresa (e não apenas do sector) e contribuir para aumentar a sua capacidade de criação de valor acrescentado na cadeia de produção, no aproveitamento de oportunidades decorrentes de desvíos de comércio e na utilização de tecnologias mais inovadoras quer na criação de produtos novos, quer no desenvolvimento de processos produtivos mais eficientes e ambientalmente sustentáveis.

Para além disso, o excessivo endividamento do Estado português e o esforço já realizado nos apoios aos efeitos iniciais da pandemia, e que ainda vai implicar mais recursos, limitam financeiramente as possibilidades de atuação, pelo que a coordenação com os fundos estruturais disponíveis e com os programas de apoio anunciados a nível do Banco Europeu de Investimento, do Mecanismo de Estabilidade Europeu e do novo fundo, que ainda está em definição, se tornam muito importantes (ver anexo 1).

Apesar disso, existe margem para implementar um conjunto de políticas inteligentes de apoio à retoma da economia portuguesa que não estejam dependentes de recursos financeiros. Essas políticas podem abranger diferentes áreas:

- Promover **ações de colaboração sectoriais e intersectoriais**, tanto a nível nacional como internacional, através de incentivos à formação e ao desenvolvimento de parcerias e de *clusters* orientados para o mercado. Estas ações podem abranger diferentes áreas: I&D e Conhecimento; Digitalização; Qualificação e Formação Profissional de Recursos Humanos; Promoção Externa e Internacionalização.
- Renovar o conceito de **projetos de interesse nacional** aliando o investimento produtivo ao incremento de práticas de transferência de tecnologia e de colaboração entre academia e empresas para desenvolvimentos orientados para o mercado.
- A potencial disrupção nas cadeias de abastecimento poderá ser aproveitada pela estratégia de retoma portuguesa para apoiar sectores como o dos **serviços às empresas** para tirar proveito da intensificação de movimentos de *nearshoring* e *reshoring*.
- **Aligeirar a carga burocrática** no acesso aos apoios para mitigar o risco de diminuição da sua eficácia, designadamente ajustando à atual situação de recuperação da economia os critérios de viabilidade económica e financeira das empresas e o respetivo processo de análise.
- No domínio da **energia e transição ambiental**, incentivar o desenvolvimento de Tecnologias sustentáveis, e a aposta na economia circular e em formas de mobilidade limpas, reforço das energias renováveis e em ganhos de eficiência energética, por forma a reduzir a dependência do exterior. Neste âmbito, é essencial que se criem as condições de infraestrutura para a ligação do mercado português ao centro da Europa (reforçar as interligações entre a Península Ibérica e França) e ao Norte de África (com mais linhas para Marrocos).
- Apresentar **programas específicos para sectores** com reconhecida importância na recuperação da economia, como a agricultura, a indústria e o turismo, reforçando a aposta na internacionalização e conciliando com os apoios existentes ao nível da UE.
- No **turismo**, apresentar um programa específico para a retoma do sector que assente no reforço da imagem de Portugal como destino seguro, certificando boas práticas na prevenção do

Covid19 e outras doenças para recuperar a confiança dos turistas, e abrangendo diferentes áreas por forma a beneficiar dos efeitos de desvio de turismo que aconteçam no futuro:

- O sector do Turismo merece particular atenção pela sua relevância na criação de valor e de emprego, a que crescem efeitos de catalisação noutras atividades como transportes, restauração, pequeno comércio, automóvel (aluguer), entre outros.
 - Uma das apostas necessárias é no turismo interno, que deve complementar o aprofundamento da diversificação da oferta turística (e.g. turismo ecológico, de natureza, de património, histórico, cultural, gastronómico, de saúde, montanhismo, recursos fluviais, entre outros) de modo a captar diferentes públicos a nível nacional.
 - Portugal poderá beneficiar de uma imagem positiva na gestão e controlo da pandemia, em comparação com os mercados de Espanha, França e Itália, promovendo a oferta de turismo de luxo, quer no plano hoteleiro, quer em atividades de lazer como golfe, pesca desportiva, mergulho e outras práticas aquáticas.
 - Algum investimento já realizado em edifícios pode ser reaproveitado para ajudar a dinamizar o mercado de arrendamento.
- A **saúde** há muito que é apontada como um sector onde Portugal pode aproveitar algumas vantagens comparativas que possui em termos de *know-how*, custos e condições climáticas, aliando os serviços públicos com o sector privado para afirmar a economia portuguesa no âmbito da prestação de serviços, das novas tecnologias digitais aplicadas ao universo clínico e hospitalar, e da relocação dos fornecimentos de bens para o espaço europeu.
 - O sector dos **transportes** é essencial para a economia e o investimento em infraestruturas, nomeadamente aéreas ou marítimas, produzirá efeitos de *spillover* positivos para diferentes sectores de atividade. Diversos países como a China, a Índia e o Japão estão a mobilizar elevados investimentos nestas áreas e os investimentos são geralmente elegíveis para fundos comunitários, nomeadamente os referentes ao *Green Deal*.
 - As características da atual crise propiciam a maior utilização das **tecnologias de informação e comunicação**. Neste contexto, as condições de mercado incentivam a implementação destas tecnologias, que se for realizada de forma inteligente em áreas como ao nível do funcionamento e da segurança de plataformas comerciais e da prestação de serviços, a requalificação digital dos processos produtivos ou o apoio logístico e formativo ao nível dos processos de gestão e organização empresarial, poderá trazer um retorno significativo para a economia portuguesa.
 - No mesmo sentido, a aplicação digital e da **ciência dos dados** ao funcionamento dos grandes centros urbanos nacionais, como acontece em Londres, Tóquio, Nova York ou Singapura, facilita a obtenção de ganhos de eficiência e a transição energética a nível nacional.
 - Em paralelo, os serviços de **educação e de formação** vão sofrer uma mudança estrutural muito significativa, designadamente com o desenvolvimento da via *on-line*, pelo que o fomento das licenciaturas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) aumentará o número de recursos qualificados para a sua aplicação.

Anexo 1 – Apoios disponíveis na UE

- A otimização da gestão dos pacote-apoios-fundos no âmbito da UE poderá ter um papel importante no relançamento da economia, recorrendo à digitalização, às tecnologias, à sustentabilidade ambiental e à inovação na reengenharia dos processos.
- A Comissão Europeia, através da *Coronavirus Response Investment Initiative*, pretende utilizar a política de coesão de forma a dar uma resposta flexível às necessidades dos sectores mais expostos – Saúde, PME e mercado de trabalho – bem como ajudar os territórios mais afetados, tendo sido alocados 37 mil M€ para o efeito. Esta iniciativa, anunciada no início de Abril, visa flexibilizar as regras e mobilizar a parte dos fundos estruturais e do fundo de coesão ainda por utilizar.
https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_20_574)
- O Banco Central Europeu anunciou um programa de compra de emergência para fazer face à pandemia, com um envelope financeiro de 870 mil M€ (120 mil M€ anunciados inicialmente e 750 mil M€ adicionados posteriormente).
https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/health/coronavirus-response/economy_en#coronavirusresponseinvestmentinitiative)
- O Banco Europeu de Investimento (incluindo o Fundo Europeu de Investimento) propôs mobilizar até 40 mil M€ em financiamento (https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/health/coronavirus-response/economy_en#coronavirusresponseinvestmentinitiative / <https://www.eib.org/en/about/initiatives/covid-19-response/index.htm>) com o objetivo de fazer face às restrições de liquidez e capital para as PME e *mid-caps*, operando através de intermediários financeiros nos Estados-Membros e em parceria com bancos de fomento nacionais. Este fundo de garantia apoiará empresas de alto risco mas recuperáveis a longo prazo. Estes apoios visam impulsionar uma recuperação sustentável. O pacote de financiamento proposto consiste em:
 - Emissão de garantias a favor dos bancos com base nos programas existentes, mobilizando até 20 mil M€ em financiamento;
 - Linhas de liquidez dedicadas aos bancos para garantir apoio adicional ao fundo de maneio para PME e *mid-caps* de 10 mil M€;
 - Programas de compra dirigidos a instrumentos de dívida titularizados para permitir que os bancos transfiram o risco em carteiras de empréstimos para PME, mobilizando 10 mil M€ de apoios.
- A Comissão Europeia adotou um enquadramento temporário para as ajudas de estado para ajudar economicamente os Estados-membros, permitindo-lhes obter liquidez suficiente para todas as empresas, em especial PME, para que possam continuar a desenvolver as suas atividades durante e após a Covid-19. Neste âmbito, os países podem criar medidas de apoios que podem chegar até aos 800 mil euros por empresa. (https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/health/coronavirus-response/economy_en#state-aid-actions)
- A Comissão Europeia lançou o Programa SURE, com valor até 100 mil M€, que visa proteger postos de trabalho propondo a concessão de empréstimos em condições favoráveis para financiar o trabalho a tempo parcial.
https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_20_582)

- O programa Horizonte 2020 vai mobilizar mil M€ para Investigação e Desenvolvimento (https://ec.europa.eu/info/research-and-innovation/research-area/health-research-and-innovation/coronavirus-research-and-innovation_en):
 - 450 M€ para desenvolvimento de soluções científicas para testes, tratamento e prevenção do Coronavírus e desenvolvimento de sistemas de saúde;
 - Garantia de 400 M€ para empréstimos do BEI para financiar investimentos em fase pré-comercial (instalações de produção);
 - 150 M€ para inovações disruptivas sobre COVID-19 no âmbito do Acelerador do Conselho Europeu de Inovação.
- O Fundo Europeu de Investimento disponibiliza garantias no valor de 2,2 mil M€ a intermediários financeiros, apoiando financiamento para PME. ([https://www.eif.org/what we do/covid-19-response/index.htm](https://www.eif.org/what_we_do/covid-19-response/index.htm) / www.eif.org/covid-cosme / www.eif.org/covid-innovfin)
- O Conselho da UE adotou novas regras para atenuar o impacto da pandemia na pesca e na aquicultura, apoiando financeiramente quem é forçado a parar temporariamente pela flexibilidade em usar 10% de fundos orçamentais alocados ao clima. (<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2020/04/22/covid-19-council-adopts-rules-to-help-eu-fishermen/>)
- Flexibilização da Política Agrícola Comum através do alargamento de prazos de submissão de candidaturas e de medidas excecionais como a derrogação temporária de regras de concorrência, e programas de apoio aos agricultores e a zonas rurais (https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/farming/coronavirus-response_en)

Temas Económicos

- 1: Relacionamento económico com Angola
[Walter Anatole Marques](#)
- 2: Relacionamento económico com Moçambique
[Walter Anatole Marques](#)
- 3: Relacionamento económico com a Federação Russa
[Walter Anatole Marques](#)
- 4: Evolução da taxa de crescimento das saídas de mercadorias portuguesas face à receptividade dos mercados - Janeiro a Setembro de 2007 e 2008
[Walter Anatole Marques](#)
- 5: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais 2008-2017
[Walter Anatole Marques](#)
- 6: Exportações portuguesas de veículos automóveis e suas partes e acessórios
[Walter Anatole Marques](#)
- 7: Trocas comerciais entre Portugal e a União Europeia na óptica de Portugal e na dos países comunitários 2005-2008 (mirror statistics)
[Walter Anatole Marques](#)
- 8: Expedições portuguesas de Têxteis e de Vestuário para a União Europeia
[Walter Anatole Marques](#)
- 9: Portugal no mundo do calçado
[Walter Anatole Marques](#)
- 10: Entrepreneurship performance indicators for active employer enterprises in Portugal
[Elsa de Morais Sarmento](#) | [Alcina Nunes](#)
- 11: Business creation in Portugal: comparison between the World Bank data and Quadros de Pessoal
[Elsa de Morais Sarmento](#) | [Alcina Nunes](#)
- 12: Criação de empresas em Portugal e Espanha: Análise comparativa com base nos dados do Banco Mundial
[Elsa de Morais Sarmento](#) | [Alcina Nunes](#)
- 13: Comércio Internacional no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
[Walter Anatole Marques](#)
- 14: Evolução das exportações de mercadorias para Angola entre 2007 e 2009: Portugal face aos principais fornecedores
[Walter Anatole Marques](#)
- 15: Análise comparada dos procedimentos, custos e demora burocrática em Portugal, com base no "Doing Business 2011" do Banco Mundial
[Elsa de Morais Sarmento](#) | [Joaquim Reis](#)
- 16: Exportações portuguesas para Angola face aos principais competidores
[Walter Anatole Marques](#)
- 17: Internacionalização no Sector da Construção
[Catarina Nunes](#) | [Eduardo Guimarães](#) | [Ana Martins](#)
- 18: Mercado de Trabalho em Portugal desde 2000
[Paulo Júlio](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#)
- 19: Comércio Internacional de mercadorias no âmbito da CPLP
[Walter Anatole Marques](#)
- 20: Exportações nacionais – principais mercados e produtos (1990-2011)
[Eduardo Guimarães](#)
- 21: Formação Contínua nas empresas em 2010 e 2011
[Anabela Antunes](#) | [Paulo Dias](#) | [Elisabete Nobre Pereira](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#) | [Cristina Saraiva](#)
- 22: Portugal: Uma síntese estatística regional até ao nível de município
[Elsa Oliveira](#)
- 23: Comércio internacional de mercadorias com Espanha em 2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 24: Comércio Internacional de Mercadorias Séries Anuais 2008-2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 25: Comércio Internacional de Mercadorias - Importações da China - Janeiro-Dezembro de 2011 a 2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 26: Evolução das quotas de mercado de Portugal nas importações de mercadorias na UE-27 - Janeiro-Dezembro de 2007 a 2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 27: Comércio Internacional de Mercadorias da Guiné-Equatorial face ao mundo e no contexto da CPLP (2009 a 2013)
[Walter Anatole Marques](#)
- 28: Comércio Internacional de mercadorias da Índia face ao mundo e a Portugal
[Walter Anatole Marques](#)
- 29: Comércio Internacional de Mercadorias no contexto da União Europeia 2009 a 2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 30: Comércio bilateral entre os membros do Fórum Macau de 2003 a 2013
[Ana Rita Fortunato](#)
- 31: Exportações portuguesas de produtos industriais transformados por nível de intensidade tecnológica - Mercados de destino (2009 a 2013 e Jan-Out 2014)
[Walter Anatole Marques](#)
- 32: Evolução do comércio internacional de mercadorias com Angola - 2010 a 2014
[Walter Anatole Marques](#)
- 33: Exportações nacionais – principais mercados extracomunitários e produtos (1990-2013)
[Eduardo Guimarães](#)
- 34: Evolução do comércio internacional português da pesca - 2013 e 2014
[Walter Anatole Marques](#)



- 35: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais 2008-2014
[Walter Anatole Marques](#)
- 36: Evolução do Comércio Internacional português da pesca e outros produtos do mar (1º Semestre de 2014 e 2015)
[Walter Anatole Marques](#)
- 37: Desafios e oportunidades para a Ilha Terceira. Estudo sobre o impacto da redução de efetivos na Base das Lajes GEE
- 38: Análise Comparativa de Indicadores da Dinâmica Regional na Região do Algarve e Continente
[Ana Pego](#)
- 39: Comércio internacional de mercadorias - Taxas de variação anual homóloga em valor, volume e preço por grupos e subgrupos de produtos
[Walter Anatole Marques](#)
- 40: Análise Descritiva das Remunerações dos Trabalhadores por Conta de Outrem: 2010-2012
[Elsa Oliveira](#)
- 41: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais (2008 a 2015)
[Walter Anatole Marques](#)
- 42: A indexação da idade normal de acesso à pensão de velhice à esperança média de vida: análise da medida à luz do modelo das etapas
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 43: Balança Comercial de Bens e Serviços - Componentes dos Serviços - 2012 a 2015 e Janeiro-Abril de 2014 a 2016
[Walter Anatole Marques](#)
- 44: Comércio internacional de mercadorias entre Portugal e o Reino Unido
[Walter Anatole Marques](#)
- 45: Comércio Internacional de mercadorias Contributos para o 'crescimento' das exportações por grupos de produtos e destinos (Janeiro a Agosto de 2016)
[Walter Anatole Marques](#)
- 46: A atividade de Shipping em Portugal
[Ricardo Pinheiro Alves](#) | [Vanda Soares](#)
- 47: Comércio Internacional de mercadorias no âmbito da CPLP - 2008 a 2015
[Walter Anatole Marques](#)
- 48: Digitalização da Economia e da Sociedade Portuguesa - Diagnóstico Indústria 4.0
[Céu Andrade](#) | [Vanda Soares](#) | [Miguel Matos](#)
- 49: A participação Portuguesa nas cadeias de valor globais
[Guída Nogueira](#) | [Paulo Inácio](#)
- 50: Contributos dos grupos de produtos e principais mercados de destino para a evolução das exportações de mercadorias - Janeiro a Março de 2017
[Walter Anatole Marques](#)
- 51: Comércio internacional de mercadorias: Portugal no âmbito da CPLP - 2012 a 2016
[Walter Anatole Marques](#)
- 52: Administração Portuária – Empresas e sistemas tarifários
[Francisco Pereira](#) | [Luís Monteiro](#)
- 53: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais 2008-2017
[Walter Anatole Marques](#)
- 54: A Economia da Cibersegurança
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 55: Contributo de produtos e mercados para o 'crescimento' das exportações de bens
[Walter Anatole Marques](#)
- 56: A Cibersegurança em Portugal
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 57: Comércio internacional de mercadorias Portugal - China
[Walter Anatole Marques](#)
- 58: Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a Venezuela - 2013 a 2017 e 1º Semestre de 2018
[Walter Anatole Marques](#)
- 59: Balança Comercial de Bens e Serviços Componentes dos Serviços (2015-2017 e 1º Semestre 2015-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 60: O Comércio a Retalho em Portugal e uma Perspetiva do Comércio Local e de Proximidade
[Paulo Machado](#) | [Vanda Soares](#)
- 61: A Indústria Automóvel na Economia Portuguesa
[Sílvia Santos](#) | [Vanda Soares](#)
- 62: Impacto Económico da Web Summit 2016-2028
[João Cerejeira](#)
- 63: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais (2008-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 64: A Tarifa Social de Energia
[Gabriel Osório de Barros](#) | [Dora Leitão](#) | [João Vasco Lopes](#)
- 65: Evolução recente do comércio internacional no 'Ramo automóvel' (2017-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 66: Comércio internacional de mercadorias com Moçambique (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 67: Cryptocurrencies: Advantages and Risks of Digital Money
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 68: Comércio internacional de mercadorias com Moçambique (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 69: Perspetivas de investimento das empresas
[Ana Martins](#) | [Rita Tavares da Silva](#)
- 70: Comércio internacional de mercadorias de Portugal - Ficha anual Portugal-Palop (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 71: Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a América do Sul (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 72: Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a América Central (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)

- 73: Comércio da China com os Palop (2014-2018) e correspondentes exportações portuguesas (2017-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 74: Comércio internacional de têxteis e vestuário (2008-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 75: O setor TIC em Portugal (século XXI)
[Luís Melo Campos](#)
- 76: Comércio Internacional de mercadorias de Portugal com a América do Sul (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 77: Empresas de Fabricação de Embalagens de Plástico
[Florbela Almeida](#) | [Graça Sousa](#) | [Dulce Guedes Vaz](#)
- 78: Comércio internacional de mercadorias - Ficha Portugal-PALOP (2017-2018 e janeiro-agosto 2018-2019)
[Walter Anatole Marques](#)
- 79: Retrato do Sector do Calçado em Portugal
[Catarina Nunes](#) | [Eduardo Guimarães](#) | [Florbela Almeida](#) | [Luís Campos](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#) | [Sílvia Santos](#) | [Vanda Dores](#)
- 80: Comércio Internacional de Mercadorias Séries Anuais 2014-2019
[Walter Anatole Marques](#)
- 81: Canais de transmissão e sectores potencialmente mais afectados pelo COVID-19
[Rita Bessone Basto](#) | [Paulo Inácio](#) | [Guida Nogueira](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#) | [Sílvia Santos](#)
- 82: COVID-19 - Estratégia de Retoma da Economia Portuguesa
[Rita Bessone Basto](#) | [Paulo Inácio](#) | [Ana Martins](#) | [Guida Nogueira](#) | [Gabriel Osório de Barros](#) | [Eva Pereira](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#) | [Sílvia Santos](#) | [Nuno Tavares](#) | [Rita Tavares da Silva](#)

